

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E ECONÔMICAS
FACULDADE DE DIREITO

**A EDUCAÇÃO AMBIENTAL COMO INSTRUMENTO PARA A PROTEÇÃO
DOS ANIMAIS**

VINÍCIUS REIS VALTES

Rio de Janeiro
2020 / PLE

VINÍCIUS REIS VALTES

**A EDUCAÇÃO AMBIENTAL COMO INSTRUMENTO PARA A PROTEÇÃO
DOS ANIMAIS**

Monografia de final de curso, elaborada no âmbito da graduação em Direito da Universidade Federal do Rio de Janeiro, como pré-requisito para obtenção do grau de bacharel em Direito, sob a orientação do **Professor Dr. Daniel Braga Lourenço**.

Rio de Janeiro
2020 / PLE

VINÍCIUS REIS VALTES

**A EDUCAÇÃO AMBIENTAL COMO INSTRUMENTO PARA A PROTEÇÃO
DOS ANIMAIS**

Monografia de final de curso, elaborada no âmbito da graduação em Direito da Universidade Federal do Rio de Janeiro, como pré-requisito para obtenção do grau de bacharel em Direito, sob a orientação do **Professor Dr. Daniel Braga Lourenço**.

Data da Aprovação: __/__/____.

Banca Examinadora:

Orientador

Membro da Banca

Membro da Banca

Rio de Janeiro

2020 / PLE

FICHA CATALOGRÁFICA

CIP - Catalogação na Publicação

RR375e Reis Valtes, Vinicius
A Educação Ambiental como instrumento para a
proteção dos animais / Vinicius Reis Valtes. -- Rio
de Janeiro, 2020.
65 f.

Orientador: Daniel Braga Lourenço.
Trabalho de conclusão de curso (graduação) -
Universidade Federal do Rio de Janeiro, Faculdade
Nacional de Direito, Bacharel em Direito, 2020.

1. Educação Ambiental. 2. Proteção aos animais. 3.
Direito Ambiental. I. Braga Lourenço, Daniel,
orient. II. Título.

Dedico essa monografia à Joana de Fátima Reis e ao Henrique Valtes, meus pais, que, através de todo suporte e amor, propiciaram a realização deste trabalho e a conclusão da minha graduação. Mais do que me dar à vida, me ensinaram a vivê-la.

RESUMO

A presente monografia tem como principal objetivo apresentar uma análise a respeito de como a Educação Ambiental pode garantir a proteção aos animais. Para isso, será feita uma breve contextualização acerca da história da matéria no Brasil e no mundo. Em seguida, será explicitada a relação da Educação Ambiental e do Direito Ambiental, assim como o atual cenário dos direitos dos animais em nosso ordenamento jurídico. Posteriormente, a importância do ensino desta no ensino básico para crianças. Por fim, será apresentada uma atividade prática que pode auxiliar os docentes na missão de repassar aos alunos a importância de preservarmos o meio ambiente no qual vivemos.

Palavras-chave: Educação Ambiental; Proteção aos animais; Meio Ambiente; Ser Humano.

ABSTRACT

The main objective of this monograph is to present an analysis of how Environmental Education can guarantee the rights of animals. For this, a brief contextualization will be made about the history of the matter in Brazil and in the world. Then, the relationship between Environmental Education and Environmental Law will be explained, as well as the current scenario of animal rights in our legal system. Subsequently, the importance of teaching this in basic education for children. Finally, a practical activity will be presented that can assist teachers in the mission of passing on to students the importance of preserving the environment in which we live.

Keywords: Environmental education; Animal protection; Environment; Human being.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	9
I. CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA.....	14
I.I. A Educação Ambiental em âmbito global.....	14
I.II. A Educação Ambiental no Brasil	16
II. A RELAÇÃO DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL COM O DIREITO AMBIENTAL.....	20
III. A EDUCAÇÃO AMBIENTAL NA CONCEPÇÃO DO ANIMAL COMO UM INDIVÍDUO DIGNO DE UMA VIDA SEM CRUELDADE.....	24
IV. O ANIMAL COMO SUJEITO DE DIREITO NO ATUAL ORDENAMENTO JURÍDICO BRASILEIRO	30
V. A EDUCAÇÃO AMBIENTAL NA FORMAÇÃO DE CRIANÇAS NAS SÉRIES INICIAIS DA ESCOLA.....	36
VI. A EDUCAÇÃO AMBIENTAL E O CENÁRIO ECOLÓGICO ATUAL.....	42
VII. ATIVIDADES PRÁTICAS VOLTADAS AO ENSINO DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL E SEUS BENEFÍCIOS	45
VII.I. Um panorama geral sobre ecossistemas e teias alimentares.....	46
VII.II. A importância da cobertura vegetal para o solo.....	46
VII.III. A formação da matéria orgânica no solo.....	47
VII.IV. Resíduos sólidos e a coleta seletiva	47
VII.V. Decomposição de resíduos orgânicos.....	48
VII.VI. Entendendo as variações do clima a partir do terrário.....	49
VII.VII. Conclusão.....	50
VIII. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	52
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	62

INTRODUÇÃO

Depois de um exaustivo processo de debate com a presença de ambientalistas, educadores e governantes, o Brasil teve como marco inicial de sua história no âmbito da educação ambiental a promulgação da Lei 9.795, de 27 de abril de 1999. Foi a partir desse momento que a temática da preservação ambiental ganhou importância dentro do cenário político-jurídico brasileiro.

A referida lei instituiu uma Política Nacional de Educação Ambiental, a qual estabeleceu a obrigatoriedade de se fazer constar a Educação Ambiental em todos os graus do ensino formal das escolas brasileiras.

Vale ressaltar a o papel fundamental exercido pelo ambiente escolar nesse processo. Desde criança, o indivíduo passa a conhecer as questões que assolam o mundo em que vivemos e começa a moldar seus valores particulares. Dessa maneira, a escola se torna um emissor de informações poderoso, levando-se em consideração o tempo que os jovens passam por lá. É nesse sentido que atua a Lei 9.795/99, isto é, expondo o indivíduo ao ensino da educação ambiental, para que este comece a criar sua consciência e responsabilidade ecológica.

Com isso em mente, é adequado explicitar o conceito de Educação Ambiental. Segundo Carvalho, em sua obra Educação Ambiental: a formação do sujeito ecológico (2006, p. 71)¹, a Educação Ambiental é uma preocupação por parte dos movimentos ecológicos em conscientizar o ser humano sobre a má distribuição dos recursos naturais, alertar sobre o seu esgotamento e incentivar a organização de movimentos sociais que visem a realização de ações sociais úteis à causa.

É a partir desse conceito acima que fica clara a necessidade de o homem perceber o mais rapidamente possível o rumo para o qual está levando o mundo em que vive. Apesar de ser explícita a regressão na qualidade de vida em seu sentido global, o ritmo

¹ CARVALHO, I. C. M. Educação ambiental: a formação do sujeito ecológico. 2.ed. São Paulo: Cortez, 2006.

frenético dos tempos atuais faz com que isso passe quase que despercebido pelos nossos olhos, ou até ignorado quando notado, contudo, preterido pelos compromissos mais urgentes, como menciona Guedes em sua obra Educação ambiental nas escolas de ensino fundamental: estudo de caso (2006)².

Atingindo a raiz do crescimento individual é que Schinke³ (Ecologia política. 1986) acredita na mudança da forma como encara-se o mundo e seus recursos naturais. Moldar condutas e valores, estimulando o debate sobre o tema é a melhor forma de disseminação das convicções pró ambiente.

Corroborando com essa tese, Chalita⁴ (Educação: a solução está no afeto. 2002) vai além. Para o autor, não serve muito o atual modelo de ensino brasileiro. Isto é, ele é contra a competitividade estimulada por premiar os bons alunos e excluir os maus. Na sua visão de Educação Ambiental, o cenário ideal é o da educação holística, ou seja, um lugar que estimule o senso críticos dos alunos e os tragam para dentro das discussões latentes.

A Educação Ambiental assume, então, um papel diferenciado dentro do sistema de ensino brasileiro. Ela puxa a fila do ensino diverso, que é aquele marcado por características como cooperação, solidariedade, dignidade, tolerância e horizontalidade⁵.

Há de se frisar a posição não conservacionista da Educação Ambiental nesse cenário. Não há mais espaço para a difusão do ideal de uso racional dos recursos naturais combinado com um nível ótimo de produtividade. É quase que uma inversão de pontos de vista, ou seja, não mais o homem está no centro da discussão, mas sim o meio ambiente, sendo a partir das suas limitações que serão criadas as regras da vida humana⁶.

² GUEDES, José Carlos de Souza. Educação ambiental nas escolas de ensino fundamental: estudo de caso. Garanhuns: Ed. do autor, 2006.

³ SCHINKE, Gert. Ecologia política. Santa Maria: Tchê!, 1986.

⁴ CHALITA, Gabriel. Educação: a solução está no afeto. São Paulo: Gente, 2002.

⁵ CARVALHO, I. C. M. Educação ambiental: a formação do sujeito ecológico. 2.ed. São Paulo: Cortez, 2006.

⁶ DIAS, Genebaldo. F. Educação ambiental: princípios e práticas. 9.ed. São Paulo: Gaia, 2004.

Outro ponto importante é a necessidade de existir um diálogo entre o estudo da ecologia e os demais campos da ciência. Para Schinke, desse modo estaríamos criando uma visão eco-política, caracterizada pela globalização, sincronização e sistematização de conceitos.

Na mesma direção, caminha Yus⁷ em sua obra *Educação integral: uma educação holística para o século XXI* (2002). Nela o autor ressalta a importância da construção do conhecimento de maneira coletiva, ou seja, a geração de conceitos a partir de discussões amplas e conjuntas, resultando em uma imersão na causa significativa dos envolvidos.

Yus também descreve o conceito de uma educação holística, sendo este: o ensino levando em consideração a personalidade global de cada criança, atendo-se aos mais variados traços de personalidade, como por exemplo, o intelecto racional, vocação, aspectos físicos, estéticos, sociais, dentre outros componentes da natureza humana.

Em suma, entende-se que a Educação Ambiental é o caminho para o surgimento das novas gerações a partir da conscientização da importância da preservação da natureza desde o ensino básico. Para tanto, é necessário atribuir maior grau de autonomia à área, deixando esta de ser apenas um traço transversal dentro dos demais campos da ciência que tem correlação⁸.

Contudo, surge um possível paradoxo ao explorar mais a fundo o tema, chegando até a seara animal. É esse o objetivo da presente dissertação, fazer refletir sobre a conciliação entre o Direito Ambiental como um todo e o animal em seu estado de indivíduo dotado de direitos.

Primeiramente, cabe destacar a visão do Direito Ambiental com relação ao mundo atual. Esse campo de atuação do direito busca o desenvolvimento sustentável a partir da conciliação da relação dos indivíduos, governos e pessoas jurídicas. Essa regulação prima

⁷ YUS, R. *Educação integral: uma educação holística para o século XXI*. Porto Alegre: Artmed, 2002.

⁸ CUBA, Marcos Antonio. *Educação ambiental nas escolas*. ECCOM, v. 1, n. 2, p. 23-31, jul./dez., 2010.

pelo bem-estar da população, ao mesmo tempo que tem como essência a preservação do meio ambiente, evitando danos a ele e mantendo-o rico para as próximas gerações.

Há, ainda, o princípio do limite, que consiste na busca por estabelecer padrões de qualidade ambiental para se chegar ao desenvolvimento sustentável.

A provocação vem no ponto de que vivemos em uma sociedade predominantemente carnívora.

Dessa forma, como estabelecer um limite para que os direitos dos animais sejam respeitados em uma sociedade que se alimenta deles? Partindo da posição do animal enquanto indivíduo, é viável aceitar que os padrões de desenvolvimento sustentável adotem um consumo da carne animal de maneira moderada?

Incrementando a questão: diante de uma enorme biodiversidade em nosso mundo, é correto fazer uma distinção entre os animais separando aqueles adotados como de estimação e aqueles comumente presentes nas mesas de almoço ao redor do mundo? Levando em consideração a pluralidade cultural do mundo em que vivemos, todo o exposto acima a respeito de uma globalização e sistematização da Educação Ambiental resultaria em uma grande contradição se admitirmos essa diferenciação de tratamento.

O assunto é de extrema importância, visto que há na atualidade um crescimento exponencial do estilo de vida vegetariano, além de uma conscientização a respeito dos danos causados pela pecuária ao nosso meio ambiente.

Em outro ponto da temática, ainda cabe mencionar a violência animal, comparando as disposições do Código Penal brasileiro quando em situações confrontantes entre estes indivíduos e nós humanos. Será que para o meio ambiente não é mais benéfico um tratamento especial para essas situações?

A Educação Ambiental, se aplicada como explicitado anteriormente, certamente faria com que um amplo debate sobre o tema acontecesse e um possível paradoxo como este poderia surgir.

Nesse sentido, há um debate a respeito do enquadramento da discussão animal dentro do Direito Ambiental. Alguns atores, como o próprio professor Daniel Braga Lourenço, entendem que, a rigor, o debate de cunho jurídico e moral sobre os animais relaciona-se mais diretamente com os campos da Filosofia do Direito e dos Direitos Fundamentais. Isso porque, entende-se que o caráter coletivista do Direito Ambiental impede o tratamento dos animais como indivíduos, o que é um problema.

O presente trabalho pretende apresentar uma visão diversa, isto é, apesar do real problema do caráter coletivo do Direito Ambiental, impedindo que estes sejam enxergados como indivíduos, acredita-se que a Educação Ambiental é um instrumento útil para discutir e preservar a questão do direito animal.

O que se pretende não é exaurir as discussões sobre o tema, mas sim fazer pensar na condição do animal como indivíduo de direito em nosso ordenamento e refletir sobre como a Educação Ambiental pode exercer um papel fundamental na preservação dos direitos dos animais, levando em consideração o objetivo global do Direito Ambiental brasileiro.

I. CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA

I.I. A Educação Ambiental em âmbito global

Logo no em torno dos anos dez mil antes de Cristo, o ser humano já passou a familiarizar-se com temas como a destruição da fauna e da flora, poluição do ar oriunda das queimadas, acúmulo de matéria orgânica no solo e a sua erosão, dentre outras questões. Isso tudo graças à revolução agrícola que iniciava o processo de desmatamento.

No final do século XVII, uma série de mudanças passam a ocorrer na sociedade europeia, segundo Patrícia Ramos Braick⁹ em sua obra História das cavernas ao terceiro milênio. O epicentro dessas transformações foi o surgimento do Iluminismo, que pregava como ideais de vida a liberdade e o progresso.

Contudo, uma classe em ascensão descontenta-se com o crescimento do movimento: a burguesia. Esta, ao vencer o mercantilismo e o absolutismo impõe uma nova ordem global. Esta nova ordem conhecemos como o capitalismo.

Como representação máxima do capitalismo temos a Revolução Industrial, que modificou o sistema produtivo, logrando êxito no seu principal objetivo: aumentar a margem de lucro do capitalista.

Nesse caminho, o mundo ganhou alguns inimigos, sendo um destes a poluição do ar, dos rios e do solo, chegando até a problemática do clima atual.

Todos esses efeitos colaterais causados pelo capitalismo eram justificados pela máxima de que o sacrifício valeria à pena devido à possibilidade do ser humano progredir, aumentando sua qualidade de vida.

Em contrapartida, apesar do notável desenvolvimento tecnológico até meados dos anos 60, surgiu uma corrente que passou a questionar tal processo. Segundo Enrique

⁹ BRAICK, Patrícia Ramos. História das cavernas ao terceiro milênio. 3.ed. São Paulo: Moderna, 2007.

Leff¹⁰ em sua obra *Epistemologia ambiental*, um dos principais fatores para o agravamento dessa situação foi a mentalidade de gerar a maior quantidade possível de lucro no menor espaço de tempo necessário.

Apesar de tanto tempo transcorrido, a primeira vez que se discutiu sobre Educação Ambiental foi somente em 1965, na Universidade de Keele, na Inglaterra. A ideia era de que o foco desse ensino deveria ser a cidadania, possibilitando o cidadão de enxergar criticamente aquela situação e buscar soluções reais para a resolução da mesma.

A partir de então, outras iniciativas passaram a entrar na história da Educação Ambiental. Dentre elas, destaca-se a criação do Conselho para Educação Ambiental, que contou com a participação de mais de cinquenta organizações, culminando na discussão por alguns países europeus, como França e Suécia, a respeito da inclusão da Educação Ambiental no currículo escolar.

Posteriormente, em Estocolmo, organizou-se um esforço internacional que visava a definição do conceito de Educação Ambiental. O resultado foram diversos documentos com objetivos, princípios e finalidades da matéria.

Surge, então, o Brasil na história com a Rio-92. Nesta conferência internacional, foi definido o conceito de Educação Ambiental sendo um ensino crítico do atual cenário mundial, objetivando: fortalecer o conceito de cidadania como um todo e sem excluir determinado povo, o que tornaria cada pessoa um sujeito com deveres de preservar a qualidade de vida; e criar um pensamento crítico formal, isto é, dentro das escolas, e não formal, ou seja, fora do ambiente escolar.

Fortaleceu-se, então, o conceito de que a Educação Ambiental deveria ser um ato político. Este, por sua vez, deveria objetivar a mudança de pensamento humano, conscientizando cada indivíduo de que ele é responsável pela qualidade de vida a nível global.

¹⁰ LEFF, Enrique. *Epistemologia ambiental*. São Paulo: Cortez, 2006.

Já no século XXI, em 2002, foi realizado o Rio+10, na cidade de Johannesburgo, encontro este que avaliaria os resultados obtidos com a Rio-92. Contudo, o resultado foi pífio, segundo Michèle Sato¹¹, pois não se chegou a firmar qualquer plano sequer para a reversão da situação.

Pelo contrário, o que foi acordado foi a preferência por não assumir compromissos a longo prazo pelos participantes da reunião.

I.II. A Educação Ambiental no Brasil

Foquemos no período ditatorial vivido pelo Brasil no século passado. No ritmo do “milagre econômico” da década de 70, o país foi na contramão do movimento pró meio ambiente citado anteriormente.

Pregando um crescimento a qualquer custo, o governo federal da época sustentou projetos grandiosos como a Usina Nuclear de Angra dos Reis, no Rio de Janeiro, e a Transamazônica, como exemplos.

Como consequência da postura das autoridades brasileiras, diversas críticas foram tecidas àquela política, contudo, foram rechaçadas sob o argumento de que seria uma forma das nações desenvolvidas frearem um potencial crescimento do Brasil.

Em uma atitude de certo ponto de vista até contraditória, as autoridades brasileiras compareceram à Conferência de Estocolmo, em 1972, assinando ao final da reunião a Declaração da ONU sobre Meio Ambiente Humano, sem restrições ao que nela constava.

Ato contínuo, foi criada a Secretaria do Meio Ambiente, em 1973. Mesmo sendo um órgão dentro do Ministério do Interior, é preciso destacar que foi o primeiro órgão nacional do meio ambiente e que tinha como atribuições o controle da poluição e a disseminação da Educação Ambiental. Foi um período de algumas conquistas ambientais,

¹¹ SATO, Michèle. Para quem servirá Jo'Burg 2002?. In: CONFERÊNCIA LATINOAMERICANA SOBRE MEIO AMBIENTE, 5., 2002, Belo Horizonte. Anais... Belo Horizonte: [s.n.], 2002. [Reproduzido em: Educação Ambiental em Ação, ano 1, n. 2, set./nov, 2002.

tais como o desenvolvimento de normas e leis de proteção ao meio ambiente e a instalação de diversas Estações Ecológicas ao longo do território brasileiro.

É importante destacar o acordo estabelecido em conjunto com o Ministério da Educação, o qual permitiu a inclusão da Educação Ambiental no currículo escolar, mas não como matéria de fato.

Posteriormente, em 1981, foram estabelecidos novos tipos de áreas de preservação ambiental que seriam objetos de estudo da Educação Ambiental, a partir da promulgação da Lei 6.902. Ainda naquele ano, foi instituída a Política Nacional do Meio Ambiente¹², colocando a Educação Ambiental como instrumento na solução dos problemas ambientais, sendo esta a lei mais importante sobre o tema no ordenamento jurídico brasileiro.

Confira-se, na íntegra, o inciso “X”, do artigo 2º, da Lei 6.938/81:

Art 2º - A Política Nacional do Meio Ambiente tem por objetivo a preservação, melhoria e recuperação da qualidade ambiental propícia à vida, visando assegurar, no País, condições ao desenvolvimento sócio-econômico, aos interesses da segurança nacional e à proteção da dignidade da vida humana, atendidos os seguintes princípios:

- I - ação governamental na manutenção do equilíbrio ecológico, considerando o meio ambiente como um patrimônio público a ser necessariamente assegurado e protegido, tendo em vista o uso coletivo;
- II - racionalização do uso do solo, do subsolo, da água e do ar;
- III - planejamento e fiscalização do uso dos recursos ambientais;
- IV - proteção dos ecossistemas, com a preservação de áreas representativas;
- V - controle e zoneamento das atividades potencial ou efetivamente poluidoras;
- VI - incentivos ao estudo e à pesquisa de tecnologias orientadas para o uso racional e a proteção dos recursos ambientais;
- VII - acompanhamento do estado da qualidade ambiental;
- VIII - recuperação de áreas degradadas;
- IX - proteção de áreas ameaçadas de degradação;
- X - educação ambiental a todos os níveis de ensino, inclusive a educação da comunidade, objetivando capacitá-la para participação ativa na defesa do meio ambiente.

Em 1988, com o advento da promulgação da atual Constituição Federal brasileira, a temática ganhou maior relevância no âmbito jurídico-político a partir do capítulo próprio com disposições sobre o meio ambiente. Como um dos principais avanços,

¹² BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. Lei n. 6.938, de 31 de agosto de 1981. Política Nacional do Meio Ambiente.

podemos citar a definição da obrigatoriedade do ensino da Educação Ambiental em todos os níveis de ensino no país.

Vejamos, na íntegra, o que dispõe o inciso VI, do parágrafo 1º, do artigo 225, da Constituição:

Art. 225. Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao poder público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações. § 1º Para assegurar a efetividade desse direito, incumbe ao poder público:

I - preservar e restaurar os processos ecológicos essenciais e prover o manejo ecológico das espécies e ecossistemas;

II - preservar a diversidade e a integridade do patrimônio genético do País e fiscalizar as entidades dedicadas à pesquisa e manipulação de material genético;

III - definir, em todas as unidades da Federação, espaços territoriais e seus componentes a serem especialmente protegidos, sendo a alteração e a supressão permitidas somente através de lei, vedada qualquer utilização que comprometa a integridade dos atributos que justifiquem sua proteção;

IV - exigir, na forma da lei, para instalação de obra ou atividade potencialmente causadora de significativa degradação do meio ambiente, estudo prévio de impacto ambiental, a que se dará publicidade;

V - controlar a produção, a comercialização e o emprego de técnicas, métodos e substâncias que comportem risco para a vida, a qualidade de vida e o meio ambiente;

VI - promover a educação ambiental em todos os níveis de ensino e a conscientização pública para a preservação do meio ambiente;

VII - proteger a fauna e a flora, vedadas, na forma da lei, as práticas que coloquem em risco sua função ecológica, provoquem a extinção de espécies ou submetam os animais a crueldade.

§ 2º Aquele que explorar recursos minerais fica obrigado a recuperar o meio ambiente degradado, de acordo com solução técnica exigida pelo órgão público competente, na forma da lei.

§ 3º As condutas e atividades consideradas lesivas ao meio ambiente sujeitarão os infratores, pessoas físicas ou jurídicas, a sanções penais e administrativas, independentemente da obrigação de reparar os danos causados.

§ 4º A Floresta Amazônica brasileira, a Mata Atlântica, a Serra do Mar, o Pantanal Mato-Grossense e a Zona Costeira são patrimônio nacional, e sua utilização far-se-á, na forma da lei, dentro de condições que assegurem a preservação do meio ambiente, inclusive quanto ao uso dos recursos naturais.

§ 5º São indisponíveis as terras devolutas ou arrecadadas pelos Estados, por ações discriminatórias, necessárias à proteção dos ecossistemas naturais.

§ 6º As usinas que operem com reator nuclear deverão ter sua localização definida em lei federal, sem o que não poderão ser instaladas.

§ 7º Para fins do disposto na parte final do inciso VII do § 1º deste artigo, não se consideram cruéis as práticas desportivas que utilizem animais, desde que sejam manifestações culturais, conforme o § 1º do art. 215 desta Constituição Federal, registradas como bem de natureza imaterial integrante do patrimônio cultural brasileiro, devendo ser regulamentadas por lei específica que assegure o bem-estar dos animais envolvidos.

Apesar do disposto acima, pouco foi feito no Brasil para a implementação correta da Educação Ambiental no ensino¹³, visto que, mesmo com a determinação de que o Poder Público promova a disseminação da matéria nas escolas, esta já era de fato reconhecida como ciência educacional mundialmente em momento anterior.

Por fim, somente em 1999, com a promulgação da Lei 9.795, é que a Educação Ambiental ganhou força no cenário do ensino escolar brasileiro. Isso porque, a matéria passou a ser considerada como disciplina obrigatória na grade curricular. Vejamos o artigo 1º, da referida lei, que define o conceito de Educação Ambiental:

Art. 1º Entendem-se por educação ambiental os processos por meio dos quais o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente, bem de uso comum do povo, essencial à sadia qualidade de vida e sua sustentabilidade.

¹³ SANTOS, Elaine Teresinha Azevedo dos. Educação ambiental na escola: conscientização da necessidade de proteção da camada de ozônio. 2007. Monografia (Pós-Graduação em Educação Ambiental) - Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria-RS, 2007.

II. A RELAÇÃO DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL COM O DIREITO AMBIENTAL

Como dito anteriormente, a Revolução Industrial gerou o que conhecemos hoje como hábitos de consumos. Esse estilo de vida faz com que a utilização dos recursos naturais aumente exponencialmente e, como consequência, torna mais latente a preocupação com o esgotamento destes e a sobrevivência da vida no mundo onde vivemos.

Diante desse cenário, ocorre uma espécie de internalização de fatores externos no processo produtivo e que passam a fazer parte do que chamamos de custo de produção. Isso porque, reconheceu-se a importância de garantir às futuras gerações a possibilidade de usufruir do que a natureza nos oferece, em igualdade de condições.

É nesse contexto que se encontra o Direito Ambiental. Uma matéria jurídica que visa a regulação da atividade do homem para com o meio ambiente.

A matéria busca implantar uma nova visão ético-ambiental, para evitar que se atinja a indesejável escassez dos recursos naturais causada pelo próprio homem. A tentativa é de frear acontecimentos como secas, alterações climáticas, poluição da atmosfera, dentre outros problemas ambientais.

Tendo em vista essa situação, o direito a um meio ambiente ecologicamente equilibrado passou a ser internalizado em constituições ao redor do mundo como um direito fundamental, reconhecendo que para a perpetuação do desenvolvimento humano está diretamente relacionada à preservação dos recursos naturais.

Essa fundamentalidade do direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado foi reconhecida pelo Supremo Tribunal Brasileiro, alegando tratar-se de uma dimensão difusa, autônoma e de aplicabilidade imediata. Veja-se o seguinte trecho da ADI-MC n° 3540-1¹⁴:

¹⁴ STF, ADI n.º 3540-1- MC/DF/2005, rel. Min. Celso de Mello, j. em 01.09.2005.

Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado. Trata-se de um típico direito de terceira geração (ou de novíssima dimensão), que assiste a todo o gênero humano (RTJ 158/205-206). Incumbe, ao Estado e à própria coletividade, a especial obrigação de defender e preservar, em benefício das presente e futuras gerações, esse direito de titularidade coletiva e de caráter transindividual (RTJ 164/158-161). O adimplemento desse encargo, que é irrenunciável, representa a garantia de que não se instaurarão, no seio da coletividade, os graves conflitos intergeracionais marcados pelo desrespeito ao dever de solidariedade, que a todos se impõe, na proteção desse bem essencial de uso comum das pessoas em geral. Doutrina

Contudo, todo esse movimento acabou por isolar um ponto importante: o debate sobre o valor moral e jurídico da natureza e dos seus elementos. Em outras palavras, embora a qualidade ambiental seja considerada elemento integrante da dignidade da pessoa humana¹⁵, esta é enxergada em função da qualidade de vida do próprio homem.

Nesse contexto, entra o que conhecemos por desenvolvimento sustentável. Na prática, o que ocorre é que o meio ambiente não é tido como um fim em si mesmo, mas sim como um meio para atingir a tal sustentabilidade. Consequentemente, ao serem encarados como instrumento para promoção de qualidade à vida do ser humano, a valoração moral não ocorre de forma direta.

Pode-se dizer, então, que a proteção à vida e o conceito de mínimo existencial, quando confrontados com o risco de colapso ambiental, miram a sua eficácia somente ao homem.

Isto é, a despeito da constitucionalização das normas ambientais em favor da tutela do meio ambiente, o nosso modelo de sociedade continua sendo antropocêntrico. Dessa forma, o homem aparece como o único ser merecedor de ser analisado de acordo com a moral e os elementos jurídicos.

¹⁵ BARRETO, Vicente de Paulo. O Fetiche dos Direitos Humanos e outros temas. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2010, p. 58.

Essa visão é perpetrada, inclusive, por especialistas em Direito Ambiental, como o Professor Celso Antonio Pacheco Fiorillo em sua obra *Curso de Direito Ambiental Brasileiro*¹⁶, como segue:

A Constituição Federal de 1988, ao estabelecer em seus princípios fundamentais a dignidade da pessoa humana (art. 1º, III) como fundamento destinado a interpretar todo o sistema constitucional, adotou visão (necessariamente com reflexos em toda a legislação infraconstitucional — nela incluída toda a legislação ambiental) explicitamente antropocêntrica, atribuindo aos brasileiros residentes no país (arts. 1º, I, e 5º (arts. 1º, I, e 5º da Carta Magna) uma posição de centralidade em relação ao nosso sistema de direito positivo. De acordo com esta visão, temos que o direito ao meio ambiente é voltado para a satisfação das necessidades humanas. [...] Dessa forma, a vida que não seja humana só poderá ser tutelada pelo direito ambiental na medida em que sua existência implique garantia da sadia qualidade de vida do homem, uma vez que numa sociedade organizada este é o destinatário de toda e qualquer norma. Vale ressaltar nesse sentido, o Princípio n.º 1 da Declaração do Rio de Janeiro sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento de 1992: ‘Os seres humanos estão no centro das preocupações com o desenvolvimento sustentável. Têm direito a uma vida saudável e produtiva, em harmonia com a natureza’. Na verdade, o direito ambiental possui uma necessária visão antropocêntrica, porquanto o único animal racional é o homem, cabendo a este a preservação das espécies, incluindo a sua própria.

A nossa Constituição de 1988, no caput de seu artigo 225¹⁷, preceitua que Poder Público e cidadãos devem, em conjunto, preservar o meio ambiente pensando nas próximas gerações. No âmbito do direito processual civil, isso se manifesta, por exemplo, na legitimidade de qualquer cidadão figurar no polo ativo de uma Ação Popular, na intenção de defender direito coletivo provocando o controle jurisdicional corretivo aos atos lesivos ao meio ambiente.

¹⁶ FIORILLO, Celso Antonio Pacheco. *Curso de Direito Ambiental Brasileiro*. São Paulo: Saraiva, 2010, pp. 65-67.

¹⁷ Art. 225. Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao poder público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.

Nesse sentido, são de extrema relevância os papéis a serem desempenhados pela Educação Ambiental e pela disseminação da informação ambiental. Vale ressaltar o advento da Lei 10.650/03, a qual garante o acesso à informação existente nos órgãos e entidades integrada ao Sistema Nacional do Meio Ambiente.

III. A EDUCAÇÃO AMBIENTAL NA CONCEPÇÃO DO ANIMAL COMO UM INDIVÍDUO DIGNO DE UMA VIDA SEM CRUELDADE

Como exposto ao longo de todo o presente trabalho, existe uma relação de causa e consequência direta entre a busca desenfreada pelo lucro, na sociedade capitalista na qual vivemos, e a grave crise ambiental pela qual passa a natureza que nos cerca e que é de uma importância vital para a perpetuação da espécie humana.

Nesse contexto, é de extrema relevância a formação de um consciente coletivo voltado para a questão ecológica. É necessário que o homem enxergue o mundo de uma maneira globalizada além do conceito comumente utilizado para designar o desenvolvimento tecnológico atual. Essa visão de globalização enxerga uma relação quase que simbiótica entre o homem e o meio ambiente.

Pode-se dizer que há uma certa concretização dessa consciência ao observar o transcorrer de nossa história.

A nível internacional, temos, dentre outros exemplos, a Declaração de Estocolmo promovida pela ONU, em 1972, e o Tratado de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global, também promovido pela ONU, em 1992.

No âmbito nacional também se percebe algo do tipo. Cronologicamente: promulgação da Lei 6.938/81, a qual estabeleceu a Política Nacional do Meio Ambiente; promulgação da Constituição Federal de 1988; e a Lei 9.795/99, a qual estabelece o conceito de Educação Ambiental em seu artigo 1º¹⁸.

Ainda no âmbito da Lei 9.795/99, o seu artigo 2º preceitua o seguinte:

¹⁸ Art. 1º Entendem-se por educação ambiental os processos por meio dos quais o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente, bem de uso comum do povo, essencial à sadia qualidade de vida e sua sustentabilidade.

Art. 2º A educação ambiental é um componente essencial e permanente da educação nacional, devendo estar presente, de forma articulada, em todos os níveis e modalidades do processo educativo, em caráter formal e não-formal.

Sendo assim, considerando a importância dos animais como indivíduos imprescindíveis à manutenção do equilíbrio ecológico do nosso meio ambiente, mas acima disso, enxergando-os como indivíduos que devem ser respeitados o bastante somente por existirem, a Educação Ambiental é uma saída para a retomada do equilíbrio o qual necessitamos.

A Política Nacional do Meio Ambiente brasileira estabelece o conceito de meio ambiente como o conjunto de condições, leis, influências e interações de ordem física, química e biológica, que permite, abriga e rege a vida em todas as suas formas¹⁹. Dessa forma, resta clara a preocupação com a preservação de toda e qualquer forma de vida.

A Constituição Federal brasileira de 1988 preceitua no inciso VII, do seu artigo 255, o dever de proteção à fauna e à flora, vedando, na forma da lei, as práticas que coloquem em risco sua função ecológica, provoquem a extinção de espécies ou submetam os animais à crueldade. Tal dispositivo reforça o entendimento mencionado no parágrafo anterior.

Voltando um pouco no tempo, mais precisamente no governo provisório de Getúlio Vargas, foi promulgado o Decreto nº 24.645/34, instituindo novos mecanismos de proteção aos animais, estabelecendo como contravenção penal quaisquer atos de maus-tratos contra estes indivíduos²⁰.

Posteriormente, em 1979, vigorou a Lei nº 6.338/79, que tratava do tema da utilização de animais vivos em experiências com fins científicos. Esta lei foi revogada com a promulgação da Lei nº 9.605/98, a atualmente em vigor Lei de Crimes Ambientais,

¹⁹ Lei nº 6.938/81. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6938.htm>. Acesso em: 29 jul.2018.

²⁰ RODRIGUES, Danielle Tetü. O Direito & os Animais: uma abordagem ética, filosófica e normativa. 2. ed. Curitiba: Juruá, 2012, p.66.

que por sua vez enumera as sanções penais e administrativas nos casos de crimes contra a fauna brasileira²¹.

Ainda é possível citar diversos outros dispositivos normativos que visam a tutela da vida não-humana. Dentre eles: a Lei nº 4.771/65 (Código Florestal); a Lei nº 5.197/67 (Lei de Proteção à Fauna); o Decreto nº 221/67 e a Lei 7.679/88 (Código de Pesca); a Lei nº 7.713/83 (Jardins Zoológicos); e a Lei nº 8.974/95 (Engenharia Genética).

Contudo, vale ressaltar que a questão da proteção à vida não-humana ganhou força com a promulgação da Constituição Federal brasileira de 1988 e, posteriormente, com a criação da Lei nº 9.605/98 (Lei de Crimes Ambientais), a qual deu sustentação legal para a repressão de qualquer ato lesivo contra esses indivíduos, a exemplo do seu artigo 32, que preceitua:

Art. 32. Praticar ato de abuso, maus-tratos, ferir ou mutilar animais silvestres, domésticos ou domesticados, nativos ou exóticos: Pena - detenção, de três meses a um ano, e multa. § 1º Incorre nas mesmas penas quem realiza experiência dolorosa ou cruel em animal vivo, ainda que para fins didáticos ou científicos, quando existirem recursos alternativos. § 1º-A Quando se tratar de cão ou gato, a pena para as condutas descritas no caput deste artigo será de reclusão, de 2 (dois) a 5 (cinco) anos, multa e proibição da guarda. § 2º A pena é aumentada de um sexto a um terço, se ocorre morte do animal.

Embora que com ressalvas, fato é que os animais passaram a ser considerados como seres sencientes, ou seja, indivíduos capazes de sentir, por exemplo, satisfação ou frustração. Esse processo elevou esses seres ao grupo abrangido pela moral. Dessa forma, outorgaram-lhes o direito de não sofrer, ainda mais quando existentes formas alternativas de se alcançar determinado objetivo final.

Portanto, é possível identificar uma necessidade de mudança cultural a respeito de como são tratados os animais em nossa sociedade. Em uma espécie de visão biocêntrica, esses indivíduos devem ser titulares de direitos subjetivos que englobem a vida e a dignidade.

²¹ SPAREMBERGER; Raquel Fabiana Lopes, LACERDA, Juliana. Os animais no direito brasileiro: desafios e perspectivas. Revista AmicusCuriae, vol. 12. n. 2 – jul/dez.2015, p.191.

No âmbito jurisprudencial, há de se admitir certo avanço quanto ao reconhecimento do direito animal, ainda que haja muito a ser feito. Como exemplo, temos a ADIN 4983/CE, a qual declarou inconstitucional a prática da vaquejada, como segue a ementa:

VAQUEJADA – MANIFESTAÇÃO CULTURAL – ANIMAIS – CRUELDADE MANIFESTA – PRESERVAÇÃO DA FAUNA E DA FLORA – INCONSTITUCIONALIDADE. A obrigação de o Estado garantir a todos o pleno exercício de direitos culturais, incentivando a valorização e a difusão das manifestações, não prescinde da observância do disposto no inciso VII do artigo 225 da Carta Federal, o qual veda prática que acabe por submeter os animais à crueldade. Discrepa da norma constitucional a denominada vaquejada.

No mesmo caminho, temos algumas outras decisões, como por exemplo: ADIN 2514-7/SC; ADIN 3776-5/RN; ADIN 1856/RJ; REsp 1115916/MG; e Apelação 0017247-24.2012.8.26.0050/TJSP. Seguem algumas ementas:

AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE. LEI N. 11.366/00 DO ESTADO DE SANTA CATARINA. ATO NORMATIVO QUE AUTORIZA E REGULAMENTA A CRIAÇÃO E A EXPOSIÇÃO DE AVES DE RAÇA E A REALIZAÇÃO DE “BRIGAS DE GALO”. A sujeição da vida animal a experiências de crueldade não é compatível com a Constituição do Brasil. Precedentes da Corte. Pedido de declaração de inconstitucionalidade julgado procedente.²²

INCONSTITUCIONALIDADE. Ação direta. Lei nº 7.380/98, do Estado do Rio Grande do Norte. Atividades esportivas com aves das raças combatentes. “Rinhas” ou “Brigas de galo”. Regulamentação. Inadmissibilidade. Meio Ambiente. Animais. Submissão a tratamento cruel. Ofensa ao art. 255, §1º, VII, da CF. Ação julgada procedente. Precedentes. É inconstitucional a lei estadual que autorize e regule, sob título de práticas ou atividades esportivas com aves de raças ditas combatentes, as chamadas “rinhas” ou “brigas de galo”.²³

Na mesma esteira, encontram-se as figuras da escola e da família como fontes primárias na construção de um cidadão consciente de seus direitos e deveres. Por ser o momento de modelação dos princípios e valores do indivíduo, a infância se torna primordial para a aplicação da Educação Ambiental.

²² ADIN 2514-7/SC

²³ ADIN 3776-5/RN

Entender que o homem não é o proprietário da natureza, mas sim um integrante desta é essencial para o surgimento de uma geração de indivíduos responsáveis pela própria vida e, também, pela de quem não tem capacidade plena de defender a sua própria.

Dessa missão de conscientização a partir de um processo educativo visando a preservação ambiental também fazem parte outros atores. Dentre eles: o Estado através de políticas públicas; os órgãos integrantes do Sistema Nacional do Meio Ambiente (SINSAMA); os meios de comunicação; as empresas; entidades de classe; demais instituições públicas e privadas quanto à capacitação de seus trabalhadores; e, por fim, a sociedade civil. É exatamente o que preceitua o artigo 3º da Lei 9.795/99, como segue:

Art. 3º Como parte do processo educativo mais amplo, todos têm direito à educação ambiental, incumbindo: I - ao Poder Público, nos termos dos arts. 205 e 225 da Constituição Federal, definir políticas públicas que incorporem a dimensão ambiental, promover a educação ambiental em todos os níveis de ensino e o engajamento da sociedade na conservação, recuperação e melhoria do meio ambiente; II - às instituições educativas, promover a educação ambiental de maneira integrada aos programas educacionais que desenvolvem; III - aos órgãos integrantes do Sistema Nacional de Meio Ambiente - Sisnama, promover ações de educação ambiental integradas aos programas de conservação, recuperação e melhoria do meio ambiente; IV - aos meios de comunicação de massa, colaborar de maneira ativa e permanente na disseminação de informações e práticas educativas sobre meio ambiente e incorporar a dimensão ambiental em sua programação; V - às empresas, entidades de classe, instituições públicas e privadas, promover programas destinados à capacitação dos trabalhadores, visando à melhoria e ao controle efetivo sobre o ambiente de trabalho, bem como sobre as repercussões do processo produtivo no meio ambiente; VI - à sociedade como um todo, manter atenção permanente à formação de valores, atitudes e habilidades que propiciem a atuação individual e coletiva voltada para a prevenção, a identificação e a solução de problemas ambientais. Art. 4º São princípios básicos da educação ambiental: I - o enfoque humanista, holístico, democrático e participativo; II - a concepção do meio ambiente em sua totalidade, considerando a interdependência entre o meio natural, o sócio-econômico e o cultural, sob o enfoque da sustentabilidade; III - o pluralismo de idéias e concepções pedagógicas, na perspectiva da inter, multi e transdisciplinaridade; IV - a vinculação entre a ética, a educação, o trabalho e as práticas sociais; V - a garantia de continuidade e permanência do processo educativo; VI - a permanente avaliação crítica do processo educativo; VII - a abordagem articulada das questões ambientais locais, regionais, nacionais e globais; VIII - o reconhecimento e o respeito à pluralidade e à diversidade individual e cultural.

Superado esse ponto, compreende-se a Educação Ambiental como que deve ser abrangente, e não exclusivamente disseminada entre indivíduos que se interessam pela temática. Esta deve ser uma matéria própria que possibilita acesso à informação a todos os cidadãos.

Com isso, para além de uma mera transmissão de informação a respeito da questão ambiental, a matéria deve instigar o indivíduo a entender, refletir, questionar e, por fim, agir em prol da mudança necessária para a preservação da natureza e perpetuação da vida.

IV. O ANIMAL COMO SUJEITO DE DIREITO NO ATUAL ORDENAMENTO JURÍDICO BRASILEIRO

Desde os primórdios da humanidade, o homem convive com os animais. Inicialmente, a relação era de caça e caçador somente, evoluindo até o que conhecemos como domesticação. Algumas culturas, inclusive, encaram determinados animais como seres divinos, utilizados como meios de comunicação com as entidades máximas daquela religião.

Nesse contexto, é preciso destacar o pensamento antropocêntrico. Antropocentrismo é a forma de enxergar as coisas a partir da figura do homem no centro das relações, estando os demais seres em uma posição periférica, subordinada. Como principal motivo disso temos a justificativa de que somos guiados pela razão, o que nos tornaria mais especiais do que as demais espécies.

É possível identificar concretamente essa questão no próprio Direito Ambiental. As regras de conduta do Direito Ambiental servem como limitadores da relação entre indivíduo e natureza. Contudo, essa limitação tem um claro objetivo de preservar os recursos naturais para manter uma boa qualidade de vida para o homem, justificando, assim, essa intervenção.

A essência da visão antropocêntrica sobre o Direito Ambiental é baseada na insuficiência do simples direito à vida no preenchimento do princípio da dignidade da pessoa humana. Não bastando isso, a vida necessita ser vivida com qualidade e para tanto é preciso que haja um uso moderado dos recursos naturais para que se consiga um estado de equilíbrio ecológico.

Então, é possível identificar a figura do meio ambiente como um meio de satisfação das necessidades humanas. Contudo, isso não quer dizer que outras formas de vida não devam ser preservadas. É o que determina o artigo 3º da Lei 6.938/81 (Política Nacional do Meio Ambiente), como segue:

Art 3º - Para os fins previstos nesta Lei, entende-se por: I - meio ambiente, o conjunto de condições, leis, influências e interações de ordem física, química e biológica, que permite, abriga e rege a vida em todas as suas formas; II - degradação da qualidade ambiental, a alteração adversa das características do meio ambiente; III - poluição, a degradação da qualidade ambiental resultante de atividades que direta ou indiretamente: a) prejudiquem a saúde, a segurança e o bem-estar da população; b) criem condições adversas às atividades sociais e econômicas; c) afetem desfavoravelmente a biota; d) afetem as condições estéticas ou sanitárias do meio ambiente; e) lancem matérias ou energia em desacordo com os padrões ambientais estabelecidos; IV - poluidor, a pessoa física ou jurídica, de direito público ou privado, responsável, direta ou indiretamente, por atividade causadora de degradação ambiental; V - recursos ambientais: a atmosfera, as águas interiores, superficiais e subterrâneas, os estuários, o mar territorial, o solo, o subsolo, os elementos da biosfera, a fauna e a flora.

Conclui-se, portanto, que se a Política Nacional do Meio Ambiente protege a vida em todas as suas formas, e não sendo o homem o único ser dotado desta, o Direito Ambiental tutela por todos. Ademais, um bem que não seja vivo, caso seja essencial a manutenção da qualidade de vida humana, também usufrui da tutela do Direito Ambiental.

Logo, além dessa visão antropocêntrica quanto ao meio ambiente em sede da Constituição Federal brasileira de 1988, há também a relação econômica a partir do lucro que pode ser auferido com os recursos naturais, já que vivemos em uma sociedade capitalista.

Na contramão dessa corrente, está o ecocentrismo. Esse modo de enxergar a relação do homem com o meio ambiente consiste na ideia de que nós, seres humanos, fazemos parte de um ecossistema que possui outros indivíduos dotados de direitos. É uma verdadeira busca por harmonia.

Essa visão ecocêntrica apresenta valores centrados no meio ambiente, o que gera uma igualdade de valores entre seres bióticos e abióticos. Portanto, não há diferenciação do homem para com os demais indivíduos da natureza.

No âmbito constitucional, é possível dizer que a Constituição Federal brasileira de 1988 foi um marco histórico no avanço da proteção do meio ambiente. Como já explicitado anteriormente, o artigo 255 desse diploma é o dispositivo mais importante,

pois dispõe sobre o nosso direito de disfrutarmos de um ambiente ecologicamente equilibrado, imputando esse dever de preservação ao Poder Público e à coletividade.

No artigo citado acima, foi concretizada a proteção aos animais. Mais precisamente no inciso VII, do parágrafo §1º, está disposto:

Art. 225. Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao poder público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações. (...) VII - proteger a fauna e a flora, vedadas, na forma da lei, as práticas que coloquem em risco sua função ecológica, provoquem a extinção de espécies ou submetam os animais a crueldade.

É notável uma mudança de pensamento no texto constitucional. O legislador, a partir de uma visão ecocêntrica, deu ao meio ambiente uma importância maior do que apenas ser um meio de preservar a qualidade de vida do homem.

Isso faz com que o Poder Público, na condição de zelador na coisa pública, nesse caso o meio ambiente, tenha o dever primeiro de preservá-lo, pois este é um bem de uso comum dos cidadãos.

No âmbito do Supremo Tribunal Federal brasileiro, a questão sobre o animal ser considerado um objeto ou um sujeito de direito não é unânime, vide o julgamento da ADI 5728.

Foi ajuizada na Suprema Corte uma Ação Direta de Inconstitucionalidade questionando a Emenda Constitucional nº 96/2017. Esta emenda considerou como não cruéis práticas desportivas envolvendo animais, quando for uma espécie de manifestação cultural, ficando conhecida como a PEC da Vaquejada.

No Ceará, foi promulgada a Lei 15.299/2013, a qual regulamentava a prática da vaquejada. Esta consistia em dois vaqueiros montados em seus cavalos buscando derrubar um touro ao puxar o rabo do animal.

A controvérsia começou depois da atividade ser denunciada pela Procuradoria Geral sob a alegação de que os animais estariam sendo expostos à técnicas cruéis. Do outro lado, o governador defendia a prática da vaquejada alegando que se tratava de um patrimônio cultural da região.

A favor da constitucionalidade da referida PEC posicionou-se o ministro Edson Fachin. Segundo ele, o artigo 215²⁴ da Constituição Federal brasileira dispõe que o Estado tem o dever de garantir a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional.

Por sua vez, a ministra Rosa Weber defende que a lógica defendida pela Constituição Federal brasileira é a de garantia dos direitos culturais limitado pela vedação das práticas de crueldade contra os animais. Para ela, o Estado já proíbe esse tipo de manifestação cultural quando não tolera crueldade contra os animais.

Ao final do julgamento, foi julgada a procedência do pedido de declaração de inconstitucionalidade da PEC nº 96/2017, sob o argumento de que o Estado não deve permitir a crueldade contra os animais, mesmo que seja uma manifestação cultural de determinada região do Brasil.

Contudo, apesar de reconhecer que não se deve tolerar práticas cruéis contra os animais, segundo Flávio Martins Alves Nunes Junior²⁵, o Supremo Tribunal Brasileiro considera o animal como coisa ou objeto, mas não como um sujeito de direito. Vale ressaltar a ponderação de que animais de companhia são considerados como de natureza especial, devido ao fato de possuírem sensibilidade como um animal racional, devendo ser preservado o seu bem-estar.

A fim de modificar o tratamento dos animais como meros objetos em nosso ordenamento jurídico, tramita na Câmara dos Deputados o Projeto de Lei Complementar

²⁴ Art. 215. O Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional, e apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais.

²⁵ NUNES JÚNIOR, Flávio Martins Alves. Curso de Direito Constitucional. São Paulo: Saraiva Educação, 2019.

nº 9.605/98, o qual acrescenta à Lei nº 9.605/98 dispositivos concernentes à natureza jurídica dos animais. O objetivo é o reconhecimento dos animais como de natureza sui generis, na condição de sujeitos de direito despersonalizados, devendo estes não serem tratados como meros objetos de direito²⁶.

O projeto foi aprovado, reconhecendo os animais não humanos como seres dotados de sentimentos, como diz o texto do inciso III, do artigo 2º, deste diploma:

Art. 2º Constituem objetivos fundamentais desta Lei: I - afirmação dos direitos dos animais não humanos e sua proteção; II - construção de uma sociedade mais consciente e solidária; III - reconhecimento de que os animais não humanos possuem natureza biológica e emocional e são seres sencientes, passíveis de sofrimento.

Em alguns países europeus, os animais já são considerados como sujeitos de direito. Contudo, no Brasil, o tratamento oferecido pelo nosso ordenamento jurídico mostra-se, de certa maneira, atrasado. É o que explica o autor Flávio Martins Alves Nunes Junior em sua obra Curso de Direito Constitucional:

Admitir que os animais são titulares de direitos fundamentais será um grande avanço na visão contemporânea do Direito, na qual o homem é um ser inserido no ambiente que o cerca, suas condutas não tem fim em si mesmo, mas devem ser sopesadas a luz de direitos dos outros seres vivos e da própria natureza.(...) Por fim, defendemos que os animais são titulares de direitos, mas não consideramos “humanizar os animais”.(...) Entendemos que o mais correto é, em vez de humanizar os animais, considerando-os seres humanos dotados de todos os direitos fundamentais, devemos considera-los como seres vivos que, por conta de sua sensibilidade ou senciência, são titulares de alguns direitos fundamentais, como principalmente a vida digna.

²⁶ Art. 3º Os animais não humanos possuem natureza jurídica sui generis e são sujeitos de direitos despersonalizados, dos quais devem gozar e obter tutela jurisdicional em caso de violação, vedado o seu tratamento como coisa.

Então, compreende-se que homem e animais convivem desde os primórdios da humanidade e, assim como a evolução da tecnologia, a relação entre esses indivíduos necessita adaptar-se ao que demanda a época em tela.

Isso quer dizer que a visão antropocêntrica mencionada anteriormente não mais é compatível com realidade atual. O homem não deve ser colocado como ser principal no centro da discussão.

A necessidade é de uma mudança para a visão ecocêntrica de mundo, ou seja, enxergar o todo como um ecossistema e entender que o homem está incluído neste como mais um ser, assim como os animais estão. Dessa forma, reconhece-se que os animais também são sujeitos de direito.

V. A EDUCAÇÃO AMBIENTAL NA FORMAÇÃO DE CRIANÇAS NAS SÉRIES INICIAIS DA ESCOLA

É vantajoso ter um agente transformador na luta pela preservação ambiental. Para isso, compreende-se que a Educação Ambiental é o caminho pelo qual as crianças e os jovens passam a receber conteúdo a respeito das questões ambientais. Com isso, o indivíduo passa a ter uma nova visão sobre meio ambiente.

Nesse contexto, é essencial que a Educação Ambiental esteja inserida em todas as fases do ensino brasileiro, mas principalmente no início. É nesse período que a criança está mais suscetível a receber e assimilar informações sobre as questões ambientais, comparando-a a um adulto.

Muito embora a discussão sobre os problemas que sofre a nossa natureza esteja mais em alta do que nunca, o mundo globalizado em conjunto com a desenfredda expansão do concreto substituindo o verde das árvores afasta consideravelmente as crianças do contato com a natureza.

Além disso, muitas crianças crescem sem ter em sua moradia um espaço conectado com a natureza. Trancadas em casa, a maioria destas conhece primeiro um celular para se distrair e não um gramado para brincar de correr.

É por causa de motivos como os citados acima que as escolas exercem papel fundamental na conscientização dos jovens sobre o quanto é importante preservarmos o meio ambiente que vivemos. Se desde pequenos eles receberem esse tipo de informação, a tendência maior é que cresçam adultos mais responsáveis no que concerne ao entendimento de que fazemos parte de um ecossistema que precisa ser cuidado.

Nesse sentido, é possível perceber algumas atitudes que corroboram com a causa. A temática ambiental já é discutida entre alunos e professores de forma transversal no currículo escolar brasileiro, permeando todos os níveis de ensino. Contudo, é preciso que o ambiente escolar seja mais do que o ensino tradicional que conhecemos quando o assunto é Educação Ambiental. O foco deve ser a concretização de atitudes, criando

valores e mostrar aos alunos que a natureza é mais do que um objeto à disposição do homem, mas sim uma parceira.

Inserindo a prática de responsabilidade ambiental na rotina dos jovens estudantes é essencial para que estes cresçam com um senso de coletividade e que se tornem adultos disseminadores destes valores para as próximas gerações e assim por diante.

Para isso acontecer, os professores assumem um papel fundamental como atores nessa missão, não significando que estes necessitem saber exaustivamente todos os assuntos e problemáticas que envolvam o meio ambiente. Na prática, são eles os mediadores das questões ambientais.

Para isso o docente necessita deve buscar desenvolver no corpo discente uma postura crítica diante da realidade ambiental, a fim de construir uma mentalidade global quanto às questões que envolvem o meio ambiente.

Na prática, essas atitudes esperadas por parte de um professor vão de estimular o consumo consciente de papel não reciclado pelos alunos, até a conservação de quintais no espaço escolar em que convivem estes jovens.

É importante destacar que a Educação Ambiental cresceu na lacuna deixada pelo ensino formal, ao passo que a escola tradicional falha no que diz respeito à conscientização das crianças quanto à preservação do planeta, vide a situação em que se encontra o Pantanal brasileiro atualmente.

Preencher esse espaço com a Educação Ambiental é preparar o indivíduo para exercer sua cidadania, inserindo uma atitude crítica e ativa nos âmbitos culturais, sociais e políticos. O básico para se começar é o entendimento da importância de se estabelecer uma condição mínima para a convivência humana em harmonia com a natureza.

Como antes mencionada a questão da transversalidade do assunto ambiental nas escolas, esta é considerada de extrema importância, mas, ao mesmo tempo, de considerável dificuldade de ser implementada na prática em razão de carga horária reduzida, conteúdo programático limitado, ou até mesmo o descaso por parte de alguns

professores em saírem da zona de conforto do ensino tradicional baseado na exposição e na repetição.

Como exemplo prático, basta lembrarmos das matérias de Ciências e Geografia, por exemplo, que eram duas das pouquíssimas matérias que debatiam a questão ambiental. Enquanto isso, a realidade deveria ser que todas as matérias de alguma forma fizessem essa correlação com a Educação Ambiental.

Infelizmente, essa dificuldade de permear as questões ambientais nos demais campos de conhecimento da sociedade apenas faz por reforçar a mentalidade antropocêntrica a qual vivemos. Dessa forma, aumenta a sensação de que o homem não faz parte do meio ambiente como um ecossistema, mas sim que está acima dele, sendo mais importante no final.

Para evitar isso, vale lembrar o que leciona Paulo Freire, em sua obra *Pedagogia do Oprimido*²⁷, quando diz que o professor deve utilizar sua bagagem de conhecimentos trazidos de casa pelo aluno, para que assim seja despertado o interesse no discente.

Posteriormente, deve-se elucidar os impactos que o modelo de vida atual do homem causa no meio ambiente, demonstrando que todos os seres vivos são atingidos por isso e que o problema está mais perto do que se parece.

O caminho para se atingir o equilíbrio natural é demonstrar ao aluno que é preciso deixar a visão antropocêntrica de que não há nada superior ao homem, assumindo que é necessário olhar ao redor e notar que cuidar do outro é vital.

Já há um certo movimento de professores realizando atitudes proativas nesse contexto. São atitudes simples, mas que já iniciam esse processo, como por exemplo, reflorestando os quintais do espaço escolar como ocorreu no município de Firminópolis²⁸.

²⁷ FREIRE, P. *Pedagogia do oprimido*. 17 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1987. 184 p.

²⁸ MEDEIROS, A; MENDONÇA, M; SOUSA, G; OLIVEIRA, I. A Importância da educação ambiental na escola nas séries iniciais.

Contudo, faz-se necessário destacar que somente o ambiente escolar não é suficiente para a formação desse consciente ecológico, devendo ser alcançado os ambientes familiar e do laboral. Isso porque o contexto em que cada indivíduo está inserido também molda sua relação com a natureza.

É crucial que a sociedade tenha ciência do que ocorre hoje com o meio ambiente. Infelizmente, indivíduos mais velhos apresentam mais resistência quanto a mudar de mentalidade e olhar mais para os problemas ambientais. Contudo, não se deve aceitar passivamente isso, mas sim demonstrar que é melhor para a coletividade que apenas se tem a ganhar com essa mudança de postura.

Cabe àquele que exerce o papel de educador ensinar e conscientizar aos mais jovens sobre a ideia de que preservar o meio ambiente não é uma tarefa difícil e que, ao mesmo tempo, ela é extremamente necessária. A presença do verde da natureza no cotidiano aproxima o indivíduo dessa missão.

Ao trabalhar-se a Educação Ambiental em todas as matérias da grade curricular, acontece uma espécie de otimização do processo de mudança de mentalidade da maioria da população. Assumindo-se que estamos diante de um projeto a longo prazo, ainda assim vislumbramos um encurtamento desse tempo quando focamos em educar os mais jovens.

Isso porque a criança na escola tem uma cabeça mais aberta a receber novos valores. Com isso, a partir do incentivo do educador, o pequeno indivíduo passa a reproduzir atitudes de acordo com a sua possibilidade, isto é, por exemplo, passar menos tempo no banho ou até plantar um pé de feijão.

Nesse sentido, a busca é por desenvolver no aluno a ânsia por atitudes próprias daquele mesmo, mas também criar um consciente comunitário que é o objetivo maior. Para tanto, é necessária muita prática e trabalhar de forma lúdica, ainda que isso implique em uma dificuldade maior ao educador.

Há um ponto muito importante e que merece destaque na questão da Educação Ambiental nas escolas. Como a maioria dos problemas ambientais tem origem em fatores

sociais, econômicos, políticos e culturais, estes não são passíveis de soluções puramente tecnológicas.

É nessa lacuna deixada pela tecnologia que entra em tela a Educação Ambiental nas escolas. Esta é a maneira mais eficiente de conscientizar uma grande massa e torná-los ecologicamente mais responsáveis.

Não há mais espaço para o descaso para com a Educação Ambiental como principal ferramenta no combate à destruição ambiental. Professores e alunos são os grandes protagonistas nessa história por estarem no local mais propício ao debate sobre a temática ambiental: a escola.

Para a formação de uma consciência conservacionista é necessário demonstrar a importância de entender que a natureza não é propriedade individual de ninguém. Na verdade, é preciso compreendê-la como um local de todos e reconhecer a relevância de cada ser que a compõe.

Muito embora seja compreensível a dificuldade de lidar com temas transversais como a Educação Ambiental, não se pode negligenciar a causa. Ministrando uma matéria desse quilate em salas de aula lotadas e com uma grade curricular extensa é difícil, mas deve haver um esforço por parte do professor na hora de repassar um conteúdo cativante para o aluno a fim de que este entenda de forma concreta o que está sendo lecionado.

Nesse contexto, vale destacar o trecho escrito por Denise Segura em sua obra Educação Ambiental na escola pública: da curiosidade ingênua à consciência crítica²⁹, como segue:

A ênfase em atividades práticas talvez seja um reflexo da própria rotina atribulada das escolas: muitas aulas, muitos alunos, carência material e sobrecarga burocrática.

²⁹ SEGURA, Denise de S. Baena. Educação Ambiental na escola pública: da curiosidade ingênua à consciência crítica. São Paulo: Annablume: Fapesp, 2001. 214p.

Em suas posições de líderes dentro de sala de aula, os professores podem contribuir com o aprendizado sobre o meio ambiente desde as primeiras séries escolares. Podem despertar nas crianças e nos jovens a paixão e o respeito pela natureza.

A intenção é desenvolver nesses indivíduos práticas de questionar, criticar, refletir sobre tudo a respeito da conservação do meio ambiente. Criar o gosto na criança pela Educação Ambiental a partir de aulas teóricas e práticas.

É importante não fragmentar o processo do ensino da Educação Ambiental. Uma sugestão é proporcionar aulas em formas de oficinas, dando maior dinamismo às aulas e aproximando a parte teórica à parte prática para cativar o aluno. Quando este puder conviver em um ambiente natural, esta interdisciplinaridade terá sido muito importante para o desenvolvido daquele indivíduo.

A figura do educador também se beneficia no decorrer desse processo. Isso porque no fluxo pedagógico ocorre uma mediação entre os sujeitos de aprendizagem, nesse caso os alunos, e a relação entre ideias e valores compartilhados ao longo disso tudo.

Nas lições de Paulo Freire³⁰, cabe ao educador conectar o conteúdo teórico da ciência ao cotidiano, tornando o processo de aprendizagem muito mais eficiente. A sugestão acima quanto às oficinas pedagógicas baseia-se no aproveitamento das experiências dos alunos e no exame por parte dos professores a partir de conceitos cientificamente eficazes.

Sintetizando o exposto até o presente momento, é clara e direta a relação de causa e consequência entre a Educação Ambiental nas séries iniciais e o fomento da responsabilidade ecológica. A partir dessa combinação, a criança cresce como um cidadão consciente de seus deveres quanto à preservação do meio ambiente.

³⁰ FREIRE, P. Pedagogia do oprimido. 17 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1987. 184 p.

VI. A EDUCAÇÃO AMBIENTAL E O CENÁRIO ECOLÓGICO ATUAL

O resultado dessa agressão ao planeta concretiza-se em um fenômeno muito famoso: o aquecimento global. Este é um sintoma claro de que a Terra está doente e que, urgentemente, o homem precisa implementar medidas que a socorram desse estado. As catástrofes ocorrem aos montes e uma atuação conjunta dos níveis das unidades federais até unidades municipais é medida obrigatória para acelerar essa melhora.

Os exemplos são muitos: em 2010, tsunamis na Indonésia, terremoto no Haiti, enchentes em países asiáticos e incêndios na Rússia; e, em 2011, um violento terremoto no Japão gerou a ocorrência da maior tsunami já registrada no país, sendo considerada o maior desastre ocorrido, até então, depois da Segunda Guerra Mundial.

Para reverter essa situação estão sendo tomadas medidas ao redor do mundo. Em 2011, foi proclamado pela Organização das Nações Unidas o Ano Internacional das Florestas, em uma tentativa de mostrar para as pessoas a importância da gestão florestal no que diz respeito ao equilíbrio ecológico da Terra.

Portanto, a partir dessa exposição, a ideia é conscientizar os indivíduos de que estes fazem parte de um mesmo todo e que suas ações afetam o ecossistema inteiro em que estão inseridos. Por esse motivo, deve-se alterar o ponto de vista individualista do homem em relação ao meio ambiente, e transformá-lo em um pensamento voltado para a comunidade.

É nos primeiros anos do ensino, quando a criança ainda está moldando seus valores, o momento ideal para apresentar a Educação Ambiental a ela. Nesse processo de construção da personalidade dela e o começo da noção de cidadania é quando surge a preocupação com o meio ambiente. Ademais, há a preocupação com as próximas gerações, desenvolvendo-se o sentimento pela coletividade.

No intuito de tornar o planeta um lugar mais justo e equilibrado, essa interação entre educadores e educandos incentiva as transformações nas formas como são utilizados os recursos naturais, minimizando o desperdício e prolongando a vida útil destes.

Pensando em um ambiente ideal de equilíbrio entre as ações humanas e o restante do ecossistema, o caminho é o desenvolvimento sustentável. Contudo, para que isso ocorra é necessário engrossar o ensino dos mais novos sobre as práticas a favor da preservação do meio ambiente.

Nesse contexto, é por meio da Educação Ambiental que o desenvolvimento sustentável será alcançado, mostrando que é plenamente possível as duas coisas andarem lado a lado, isto é, evolução econômica e preservação ambiental. Ao se superar o que podemos chamar de analfabetismo ambiental, nota-se que a utilização dos recursos naturais, fotografada no desperdício desta, não é necessária para haver essa evolução. Pelo contrário, deve haver um respeito absoluto pela finitude destes recursos.

Essa mentalidade visa equilibrar as necessidades do homem e a sobrevivência dos recursos naturais no futuro, de modo que as próximas gerações não sintam as suas ausências. Portanto, o indivíduo que deseja um ambiente ecologicamente equilibrado precisa aprender a conviver de maneira sustentável. Isso começa desde atitudes pequenas como separar o lixo para reciclagem.

Para finalizar, fazendo uma correlação com o capítulo anterior, mais uma vez destaca-se a importância das gerações mais novas nesse processo de alfabetização ambiental. Essa faixa etária é a mais propícia para a disseminação do incentivo a cada indivíduo a crescer agindo em prol da preservação ambiental. Infelizmente, as gerações mais avançadas tendem a ser mais resistentes às adaptações de estilo de vida, e, nesse caso, estamos diante de mudanças consideráveis.

Vale destacar que mais do que o aprendizado formal da parte teórica, que tem sua importância no currículo escolar, o indivíduo estará diante de importantes valores. Em contato com a Educação Ambiental, a criança desenvolve características como cooperação – em detrimento da competitividade – e solidariedade, fatores que são

bastantes promissores na perspectiva de recuperação do meio ambiente, ou, pelo menos, da interrupção da degradação expressiva deste.

Com isso, o binômio natureza-homem existirá de forma muito mais harmônica e consideravelmente mais longa. Caso contrário, quem sofrerá com a escassez de recursos naturais serão as gerações futuras.

VII. ATIVIDADES PRÁTICAS VOLTADAS AO ENSINO DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL E SEUS BENEFÍCIOS

Este capítulo tem o objetivo de apresentar soluções práticas voltadas à superação dos desafios ambientais explanados ao longo do presente trabalho. Tendo em vista a diversidade do ecossistema brasileiro, o foco aqui será no bioma da Caatinga, que foi alvo do estudo que inspirou este capítulo.

No transcorrer deste trabalho, foram apresentadas muitas dificuldades encontradas quanto ao ensino da Educação Ambiental nas escolas para os mais jovens. Nesse sentido, biólogos pensaram em estratégias para sensibilizar os indivíduos dessa faixa etária quanto ao conteúdo desta temática.

Outro desafio foi simplificar a compreensão de matérias tão complexas como o funcionamento dos ecossistemas, as teias alimentares e as mudanças climáticas a ponto de realmente atingir o objetivo final de demonstrar a importância desses problemas para a sobrevivência do mundo no qual vivemos.

Na intenção de transmitir conhecimento à sociedade, os biólogos que criaram as estratégias a seguir explicitadas criaram uma ferramenta voltada para professores do ensino básico brasileiro para auxiliar no dia a dia da sala de aula das crianças.

O objeto desse estudo foi um terrário. Este apresenta uma espécie de miniecosistema no qual é possível observar as relações que surgem entre os seus componentes bióticos e abióticos³¹. A partir dessa amostra, é possível entender o que ocorre em maiores proporções com a natureza lá fora.

Além disso, conforme também destacado ao longo do presente trabalho, há a possibilidade de a partir da utilização do terrário implicar em uma Educação Ambiental

³¹ Botelho LA (2008) O terrário como instrumento organizador da Aprendizagem em ciências da 8ª série (9º ano). Caderno Pedagógico de Ciências, Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Curitiba – PR, 69p.

transversal. Contanto que haja uma organização preliminar, temas como os cuidados com o ar e o solo, alimentação e saúde podem ser facilmente relacionados com este conteúdo.

Contudo, vale frisar que se trata apenas de uma atividade que não esgota as possibilidades de preservação do meio ambiente e recuperação deste. A intenção é que os indivíduos que tiverem acesso ao conteúdo, adquiram o conhecimento de forma gradual para que possam, assim, replicá-los em suas atitudes posteriores e sintam-se parte ativa do processo. Nesse sentido é que se destaca o professor como mediador³².

VII.I. Um panorama geral sobre ecossistemas e teias alimentares

Na obra define-se ecossistema como um grande conjunto de relações desenvolvidas entre a fauna, a flora, os microrganismos, estes três primeiro sendo os componentes bióticos, e o ambiente na figura de solo, da água e da atmosfera, caracterizando o componente abiótico. Este conjunto origina diversos fenômenos essenciais para a nossa sobrevivência.

Segundo tais biólogos, teia alimentar é o conjunto de elementos chamados de produtores, consumidores e decompositores, representando a parte viva do ambiente, isto é, a parte biótica.

Na prática, a partir do entendimento do conceito de ecossistema e teia alimentar, o aluno estará apto a compreender que todos os organismos são essenciais ao equilíbrio do meio ambiente e que todas essas interações, sejam simples ou complexas, interferem nesse equilíbrio do planeta. Com isso, o tal senso de responsabilidade a ser desenvolvido no indivíduo estaria em atuação em favor do meio ambiente.

VII.II. A importância da cobertura vegetal para o solo

Como já bastante destacado no decorrer do presente trabalho, o processo de desmatamento do solo, isto é, a retirada da vegetação para, por exemplo, exercer a

³² Paula JRB, Silva MP, Nascimento Junior AF (2013) O Terrário No Ensino Da Ecologia: Uma proposta para a Formação Inicial de Professores, Fórum Ambiental de Alta Paulista, v 9, n 6, pág.: 35 - 55.

atividade agropecuária é um dos piores efeito da atividade humana quanto à conservação da vida útil do solo.

Na ausência da atuação da plantação como fonte protetora do solo, este passa a entrar em processo de erosão a partir da ação natural dos ventos e das águas. Como efeito imediato desse acontecimento, o solo fica menos fértil e sua capacidade de armazenamento de água diminui.

Nesse momento, é importante ensinar às crianças que a atividade antrópica pode iniciar e concretizar um processo de desertificação do solo, se não alterada a forma como o homem lida com o recurso natural.

Atitudes básicas como valorização de plantas nativas, adoção de sistemas agroflorestais, cercar áreas para recuperação e utilização de tecnologia capaz de aumentar o armazenamento de água podem melhorar o contexto.

VII.III. A formação da matéria orgânica no solo

A matéria orgânica nada mais é do que a deposição de resíduos orgânicos decompostos de origem vegetal ou animal. Para o aluno crescer com a mencionada consciência ambiental, é necessário que ele tenha conhecimento deste conceito.

Esta camada do solo é a responsável pela maior parte da emissão e captura dos gases do efeito estufa, atua no controle da erosão, na infiltração da água no solo e na conservação dos nutrientes utilizados pelas plantas.

Em suma, a função crucial da matéria orgânica no solo é incorporar e estocar nitrogênio, carbono e outros elementos. Contudo, nem tudo o que o homem descarta na natureza é decomposto e torna-se matéria orgânica.

VII.IV. Resíduos sólidos e a coleta seletiva

Um indício de que nem tudo o que o homem descarta vira matéria orgânica é o fato de que, ao caminhar pelas ruas das maiores das cidades brasileiras, é possível encontrar plásticos, papéis, chicletes, bitucas de cigarro, dentre outras coisas.

Esses produtos quando descartados são chamados de resíduos sólidos e o tempo de decomposição de cada um deles é diferente. No Brasil, existem políticas públicas direcionadas ao descarte feito de maneira correta e adequada ao meio ambiente, contudo, em pouquíssimas cidades essa política foi implementada na prática de maneira efetiva.

Quando estes resíduos são descartados de forma aleatória, quem sofre com isso não é somente o meio ambiente, mas a saúde do homem também. Nesse sentido, o ideal é ensinar às crianças a prática da coleta seletiva, a qual consiste na separação desses resíduos sólidos de acordo com o material de fabricação. Após isso, cada material é depositado em uma lixeira de cor específica correspondente ao tipo daquele material.

VII.V. Decomposição de resíduos orgânicos

Em fazendas agrícolas de rebanho, a produção de esterco e dejetos animais é enorme, sendo considerada uma das principais causas de contaminação dos aquíferos confinados. Existe uma maneira alternativa de aproveitar os resíduos advindos do rebanho nessas fazendas agrícolas que é a produção de biogás e biofertilizantes.

Quando feito de maneira correta, esse aproveitamento dos dejetos animais apresenta diversos benefícios, dentre os quais, redução da liberação de resíduos tóxicos no meio ambiente e a expansão do consumo de energia proveniente de fontes de menor valor de custo, o que favorece o pequeno agricultor que não tem capacidade financeira para suportar investimentos de maior porte aquisitivo.

Todo esse processo é realizado a partir da adoção de um biodigestor, sendo este um local escolhido para a realização apropriada da decomposição desses resíduos animais, onde a biomassa, que é o esterco animal sofre uma espécie de digestão pelas bactérias anaeróbicas. Esse processo de decomposição da matéria orgânica resulta na produção de biogás e biofertilizantes.

VII.VI. Entendendo as variações do clima a partir do terrário

A partir do experimento do terrário, é possível explicar como funciona a camada de ozônio do nosso planeta, que consiste em uma parte da nossa atmosfera formada pelo gás ozônio, o qual é composto por átomos de oxigênio ligados entre si.

Na prática, o que represente essa camada de ozônio no terrário é o material usado para vedar o recipiente base. Na ausência dessa vedação, o vapor se perderia fora do recipiente e não haveria o retorno da água na forma líquida, logo, a terra não seria molhada e não haveria o reinício do ciclo da água.

Da mesma maneira ocorre em maior proporção com o nosso planeta. Isso porque a camada de ozônio funciona como uma camada protetora que filtra os raios ultravioletas oriundos da luz solar. Estes raios quando recebidos em excesso podem gerar complicações para a saúde do homem.

O que ocorre é que uma parte desses raios ultravioletas são refletidos pela superfície da terra e, posteriormente, absorvidas pelos gases presentes na atmosfera. Por esse fenômeno, conhecemos como efeito estufa. Esse processo é essencial a perpetuação da vida no planeta, pois é a partir dele que se mantém aquecida a temperatura da Terra.

Contudo, a camada de ozônio sofre com os efeitos da poluição exorbitante causada pelo aumento da produção industrial ao redor do mundo. Quando as indústrias liberam seus resíduos gasosos, estes acarretam uma espécie de perfuração da camada de ozônio.

Em contrapartida, o efeito estufa pode estar diretamente ligado ao fenômeno do aquecimento global. Apesar de ser um processo vital, um aumento na quantidade de gases estufa na atmosfera faz crescer a quantidade de radiação que fica retida na superfície, consequentemente aumentando a temperatura da Terra.

Nesse sentido, é possível demonstrar aos alunos a necessidade de haver uma considerável preocupação com as mudanças climáticas. O modo de vida que o ser humano leva hoje faz com que a emissão de certos gases provoque o aumento desse efeito estufa.

É essencial demonstrar aos alunos que são as gerações mais novas de hoje que sofrerão com os efeitos dessas mudanças climáticas em um futuro próximo. Nesse contexto, torna-se crucial o incentivo a esses indivíduos para que estes comecem a praticar atitudes ecologicamente responsáveis desde pequenos, para que cresçam com esses valores e repassem para as outras futuras gerações.

Os problemas ambientais que assistimos acontecerem nos dias atuais não são exclusividade da sociedade atual. Na realidade, trata-se de um processo de anos e que vem crescendo de forma alarmante, mas que os resultados estão sendo potencializados em virtude de uma cobertura maior da mídia.

Na contramão desses acontecimentos, o homem pode desempenhar o seu papel de modificador do meio ambiente e agir em prol da sustentabilidade do planeta. São medidas simples, mas que, se ensinadas às gerações mais jovens, podem gerar resultados promissores.

A fim de evitar o assoreamento dos rios e o desaparecimento das espécies aquáticas que neles habitam, pode ser feita uma reposição ciliar dos rios. Além disso, temos: redução da emissão de dióxido de carbono para a atmosfera; praticar o consumo consciente; realizar o descarte correto do lixo a partir da coleta seletiva; cobrar das autoridades públicas o tratamento da rede de esgotos das cidades; exigir a realização eficiente de programas de recuperação de rios e mares; e a recuperação de áreas degradadas, dentre outras atitudes positivas ao meio ambiente e que podem ser praticadas facilmente no dia a dia.

VII.VII. Conclusão

Para finalizar este capítulo, acredita-se que após a exposição dessas atividades práticas a partir da adoção do terrário como instrumento de ensino, ficaram claros os benefícios e ensinamentos que podem ser transmitidos às crianças da rede de ensino básico brasileira.

É de extrema importância que professores de todo o país façam o esforço de conciliar a prática da preservação ambiental com a conscientização teórica a respeito da

importância do meio ambiente que nos cerca. Dessa forma, estariam sendo formadas novas gerações de indivíduos consideravelmente responsáveis pelas suas atitudes ecológicas.

VIII. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após todo o desenvolver do presente trabalho, servirá este capítulo como um resumo do que foi tratado anteriormente e, também, como um fechamento de raciocínio. Vale ressaltar que a intenção não foi esgotar as discussões sobre a temática abordada, mas sim estimular a discussão sobre um assunto tão latente para a nossa sociedade atual e, principalmente, para o futuro das próximas gerações.

Primeiramente, é válido relembrar o conceito de Educação Ambiental, segundo Carvalho, em sua obra *Educação Ambiental: a formação do sujeito ecológico* (2006, p. 71)³³. Para o referido autor, Educação Ambiental trata-se da pertinente preocupação dos movimentos ecológicos no intuito de conscientizar os indivíduos a respeito das consequências de uma distribuição ineficiente dos recursos naturais, alertando sobre os riscos do esgotamento destes e criando nas pessoas um senso de responsabilidade quanto a organização de movimentos sociais que objetivam a realização de ações efetivas na luta pela preservação e restauração do meio ambiente.

Superada a reafirmação desse conceito, resta clara a imprescindibilidade do homem atentar-se para o que ocorre na prática com o meio ambiente em que habita. Conforme explica Guedes em sua obra *Educação ambiental nas escolas de ensino fundamental: estudo de caso* (2006)³⁴, é preciso entender que, apesar de claríssima a diminuição da qualidade de vida no mundo todo, a velocidade com que se passam os dias das pessoas implica, muitas vezes, em uma não percepção desse fato, ou até mesmo uma ignorância proposital, tendo em vista que outros problemas parecem causar mais desconforto do que a questão ambiental.

³³ CARVALHO, I. C. M. *Educação ambiental: a formação do sujeito ecológico*. 2.ed. São Paulo: Cortez, 2006.

³⁴ GUEDES, José Carlos de Souza. *Educação ambiental nas escolas de ensino fundamental: estudo de caso*. Garanhuns: Ed. do autor, 2006.

É tendo ciência disso que Schinke³⁵ (Ecologia política. 1986) prega a busca por resolver o problema ambiental no início da questão, isto é, o autor acredita que a solução está na mudança como as pessoas encaram o mundo e os recursos naturais deste. Ele acredita que para isso é necessário estimular o debate para disseminar cada vez mais os pontos favoráveis à preservação do meio ambiente, para, assim, começar a moldar as condutas e os valores dos indivíduos.

Nesse contexto, Chalita³⁶ (Educação: a solução está no afeto. 2002) ressalta a ineficiência do atual modelo de ensino brasileiro. Para o autor, os métodos aqui praticados reforçam a competição entre os alunos, dividindo-os entre os bons e os ruins, enquanto que, na sua visão, o ideal é adotar um método de educação holística, que consiste numa base de estímulos ao desenvolvimento de um senso crítico no pensamento dos alunos, gerando discussões mais profundas sobre diversas questões, mas principalmente a questão ambiental.

A fim de se obter o máximo de transmissão de conhecimento a partir da Educação Ambiental, são necessários dois caminhos: o primeiro, consiste no aprofundamento da matéria como mais do que apenas um cumprimento do que estabelece a grade curricular, ou seja, é preciso dedicar tempo ao ensino da Educação Ambiental; e, em segundo lugar, traçar uma linha transversal entre a Educação Ambiental e os demais campos de conhecimento, para além daquelas matérias tradicionais como Ciências e Geografia.

Diante disso tudo, entende-se que a Educação Ambiental é um instrumento valioso para conscientizar crianças e jovens alunos a respeito das questões ambientais, criando uma nova visão de meio ambiente na cabeça desses indivíduos.

Por esse motivo, é tão importante a inclusão da Educação Ambiental em todas as fases do ensino escolar brasileiro, principalmente no início. Isso porque é nesse período que a criança está mais disposta a aprender novos valores, comparando-as com os adultos,

³⁵ SCHINKE, Gert. Ecologia política. Santa Maria: Tchê!, 1986.

³⁶ CHALITA, Gabriel. Educação: a solução está no afeto. São Paulo: Gente, 2002.

sendo possível criar um senso de responsabilidade nela e fazer com que a questão ambiental ganhe uma certa importância no seu dia a dia.

Hoje, uma criança nascida em uma cidade grande, por exemplo, se não estimulada pelos pais e demais educadores, não tem muito vínculo com a natureza. Convivendo em uma sociedade altamente conectada à tecnologia, muitas vezes o jovem indivíduo conhece primeiro um celular do que um gramado para brincar.

Por esse motivo, as escolas são fundamentais no papel de conscientizar os jovens quanto à importância de preservar o meio ambiente em que vivemos. Se adotarmos esse caminho para que desde menores as crianças recebam informações relativas à temática ambiental, muito possivelmente estaríamos criando adultos mais responsáveis quanto ao entendimento de o nosso ecossistema precisa ser encarado e cuidado de uma maneira mais rigorosa.

Como mencionado anteriormente, é possível considerar que o modelo de escola tradicional brasileiro falha no que diz respeito à conscientização dos mais jovens quanto à questão da preservação ambiental. Nesse sentido, a Educação Ambiental caminha para crescer essencialmente nessa lacuna deixada pelo ensino formal.

Isso significa que utilizando a Educação Ambiental para superar as falhas do ensino tradicional, os indivíduos estariam sendo mais preparados para desempenhar os seus papéis como cidadãos, estimulando atitudes críticas e ativas quando sobre questões culturais, sociais e políticas.

Após fazer a criança entender que há de se encontrar uma condição mínima para a convivência entre o homem e a natureza, é de extremo valor inserir a prática da responsabilidade ambiental na rotina desses jovens, fazendo com que estes cresçam com um senso de coletividade e, para além disso, passem a agir como elementos difusores desses conceitos para as próximas gerações.

Nesse contexto, surge a figura do professor como um elemento fundamental nessa missão, ainda que não totalmente dominantes sobre todos os pontos que cercam a questão ambiental.

Pode-se dizer que os professores devem atuar como mediadores das questões ambientais, isto é, o docente deve buscar estimular no corpo discente uma atitude crítica no contexto ambiental, para que seja possível construir uma mentalidade global nas questões sobre meio ambiente.

Ocorre que, na prática, se concretizadas essas atitudes por parte dos professores, pequenas atitudes como o consumo consciente de papel não reciclado e conservar quintais no espaço escolar por parte desses jovens seriam iniciadas.

Apesar de presentes algumas dificuldades para perpassar as questões ambientais pelas outras áreas de conhecimento da sociedade, é necessário mudar a mentalidade antropocêntrica do mundo em que vivemos. Caso contrário, a sensação de que o homem está à parte das questões ambientais aumenta e implica em um pensamento de que todo o ecossistema no qual estamos inseridos na verdade está a nosso serviço.

Nesse sentido, Paulo Freire, em sua obra *Pedagogia do Oprimido*³⁷, entende que o professor deve utilizar sua bagagem de conhecimentos trazidos de casa pelo aluno, a fim de que o interesse deste pela temática aumente e faça crescer o engajamento na causa.

Para além disso, é dever do professor, também, elucidar as consequências e o tamanho do impacto que o modelo de vida atual do homem causa na natureza, fazendo ficar claro que todos os seres vivos que compõem o nosso ecossistema são atingidos por isso e que o problema é de todos, sem exceção.

Em suma, o caminho para se conseguir atingir o equilíbrio natural é demonstrando ao aluno que é preciso deixar de lado a visão antropocêntrica de que não há nada superior ao homem, assumindo que é necessário preocupar-se com o que acontece ao seu redor.

Porém, é preciso ir além do ensino transmitido somente em ambiente escolar, pois esse não é suficiente por si só para formar o consciente ecológico do indivíduo. Com isso, é necessário expandir a discussão acerca da temática ambiental para os ambientes familiar

³⁷ FREIRE, P. *Pedagogia do oprimido*. 17 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1987. 184 p.

e laboral. Isso faz sentido ao passo que cada indivíduo vive uma realidade e, assim, sua relação com a natureza é moldada de forma diferentes da dos demais.

Cabe lembrar que, conforme mencionado anteriormente, o educador também se beneficia desse processo, ao passo que o fluxo pedagógico consiste em uma mediação entre os sujeitos de aprendizagem, no caso os alunos, e a relação de ideias e valores compartilhados ao longo desse caminho.

Em outro plano, surge a importante figura do Direito Ambiental. Reconheceu-se a importância de garantir às futuras gerações a possibilidade de usufruir dos recursos naturais oferecidos pelo meio ambiente, em igualdade de condições. Para tanto, está o Direito Ambiental, uma matéria jurídica que visa a regulação da atividade do homem para com o meio ambiente.

O Direito Ambiental busca, portanto, implantar uma nova visão ético-ambiental, a fim de evitar que se atinja a escassez dos recursos naturais por culpa da atuação do homem na natureza. Na prática, busca-se cessar acontecimentos como secas, alterações climáticas, poluição da atmosfera, dentre outras mazelas ambientais.

Nesse contexto, é importante ressaltar o que conhecemos por desenvolvimento sustentável. Na realidade, o meio ambiente não é tido como um fim em si mesmo, mas sim como um meio para atingir a tal sustentabilidade.

Em consequência do fato de o meio ambiente ser encarado como instrumento de promoção da qualidade de vida do ser humano, estes elementos do ecossistema não gozam de uma valoração moral direta. Ou seja, a despeito da constitucionalização das normas ambientais em favor da tutela do meio ambiente, o ponto de vista antropocêntrico ainda prevalece em nossa sociedade. Assim, o homem resta afinal como o único ser que merece ser analisado a partir da moral e dos elementos jurídicos.

Assim, é de extrema relevância a construção de um consciente coletivo que preze pela questão ecológica. É mais do que necessário que o homem encare o mundo de uma maneira globalizada além do conceito normalmente utilizado para designar o estágio do

desenvolvimento tecnológico atual. Essa visão de globalização entende a relação entre o homem e o meio ambiente quase que de forma simbiótica.

Dessa forma, considerando a importância dos animais unicamente como indivíduos essenciais à manutenção do equilíbrio ecológico do meio ambiente no qual vivemos, mas acima disso, enxergando-os como indivíduos que merecem ser respeitados o bastante somente pelo simples fato de existirem, a Educação Ambiental é uma alternativa para a retomada do equilíbrio o qual o nosso ecossistema precisa.

Na seara da Política Nacional do Meio Ambiente brasileira é estabelecido o conceito de meio ambiente como o conjunto de condições, leis, influências e interações de ordem física, química e biológica, que permite, abriga e rege a vida em todas as suas formas³⁸. Assim, resta clara a preocupação com a preservação de toda forma de vida.

Por sua vez, a Constituição Federal brasileira de 1988 dispõe no inciso VII, do seu artigo 255, sobre o dever de proteção à fauna e à flora, proibindo as práticas que coloquem em risco sua função ecológica, provoquem a extinção de espécies ou submetam os animais à crueldade. Tal dispositivo ratifica o entendimento exposto no parágrafo anterior.

Em contrapartida, vale ressaltar que a proteção à vida não-humana ganhou força realmente a partir da promulgação da Constituição Federal brasileira de 1988 e, posteriormente, com a criação da Lei nº 9.605/98 (Lei de Crimes Ambientais), que deu sustentação legal para a punição de qualquer ato lesivo contra esses indivíduos, a exemplo do seu artigo 32³⁹.

³⁸ Lei nº 6.938/81. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6938.htm>. Acesso em: 29 jul.2018.

³⁹ Art. 32. Praticar ato de abuso, maus-tratos, ferir ou mutilar animais silvestres, domésticos ou domesticados, nativos ou exóticos: Pena - detenção, de três meses a um ano, e multa. § 1º Incorre nas mesmas penas quem realiza experiência dolorosa ou cruel em animal vivo, ainda que para fins didáticos ou científicos, quando existirem recursos alternativos. § 1º-A Quando se tratar de cão ou gato, a pena para as condutas descritas no caput deste artigo será de reclusão, de 2 (dois) a 5 (cinco) anos, multa e proibição da guarda. § 2º A pena é aumentada de um sexto a um terço, se ocorre morte do animal.

Ainda que com ressalvas, os animais passaram a ser considerados como seres sencientes, ou seja, indivíduos capazes de sentir, por exemplo, satisfação ou frustração. Esse processo fez com que esses seres adentrassem ao grupo abrangido pela moral. Consequentemente, outorgaram-lhes o direito de não sofrer, principalmente quando existentes outras formas alternativas de se alcançar o objetivo final.

Logo, é necessária uma mudança cultural no que concerne a como são tratados os animais em nossa sociedade. A partir de uma visão biocêntrica, esses indivíduos devem ser titulares de direitos subjetivos que englobem a vida e a dignidade.

Nesse contexto, é preciso ressaltar o pensamento antropocêntrico. Antropocentrismo consiste na forma de enxergar as coisas partindo da figura do homem posicionada no centro das relações, colocando os demais seres em uma posição periférica, subordinada. A principal justificativa para isso é a de que somos guiados pela razão, o que nos tornaria diferenciados em relação às demais espécies.

Podemos enxergar essa questão de forma concreta no próprio Direito Ambiental da seguinte forma: as regras de conduta do Direito Ambiental funcionam como limitadores da relação entre indivíduo e natureza. Apesar disso, essa limitação tem o objetivo de preservar os recursos naturais para prolongar uma boa qualidade de vida para o homem, justificando, assim, essa intervenção.

A base da visão antropocêntrica sobre o Direito Ambiental é fundada na insuficiência do direito à vida no que tange a preencher o princípio da dignidade da pessoa humana. Para além disso, na vida é preciso que haja um uso moderado dos recursos naturais para que se consiga um estado de equilíbrio ecológico.

Portanto, percebemos a figura do meio ambiente apenas como um meio de satisfação das necessidades humanas. Apesar disso, não quer dizer que as demais formas de vida não devam ser preservadas. É justamente o que determina o artigo 3º da Lei 6.938/81 (Política Nacional do Meio Ambiente)⁴⁰.

⁴⁰ Art 3º - Para os fins previstos nesta Lei, entende-se por: I - meio ambiente, o conjunto de condições, leis, influências e interações de ordem física, química e biológica, que permite, abriga e rege a vida em

Logo, a Política Nacional do Meio Ambiente protege a vida em todas as suas formas, e como o homem não é o único ser dotado desta, o Direito Ambiental tutela por todos. Além disso, um bem que não seja vivo, mas que seja essencial à manutenção da qualidade de vida humana, também deve usufruir da tutela do Direito Ambiental.

Em uma via contrária, encontramos o ecocentrismo, que é o modo de enxergar a relação do homem com o meio ambiente a partir da ideia de que os seres humanos fazem parte de um ecossistema que possui outros indivíduos dotados de direitos, consistindo em uma verdadeira busca por harmonia.

A visão ecocêntrica tem ideais voltados ao meio ambiente, gerando uma igualdade de valores entre os seres bióticos e abióticos. Logo, não há distinção do homem para com os demais seres que compõem a natureza.

Na seara constitucional, a Constituição Federal brasileira de 1988 é considerada um marco histórico no avanço da proteção ao meio ambiente. Conforme mencionado no decorrer do presente trabalho, o artigo 255 desse diploma é o dispositivo de maior destaque, já que dispõe sobre o nosso direito de usufruirmos de um meio ambiente ecologicamente equilibrado, destinando esse dever de preservação ao Poder Público e à coletividade.

Cabe destacar mais uma vez que, no artigo citado acima, foi concretizada a proteção aos animais. Mais precisamente no inciso VII, do parágrafo §1º⁴¹.

todas as suas formas; II - degradação da qualidade ambiental, a alteração adversa das características do meio ambiente; III - poluição, a degradação da qualidade ambiental resultante de atividades que direta ou indiretamente: a) prejudiquem a saúde, a segurança e o bem-estar da população; b) criem condições adversas às atividades sociais e econômicas; c) afetem desfavoravelmente a biota; d) afetem as condições estéticas ou sanitárias do meio ambiente; e) lancem matérias ou energia em desacordo com os padrões ambientais estabelecidos; IV - poluidor, a pessoa física ou jurídica, de direito público ou privado, responsável, direta ou indiretamente, por atividade causadora de degradação ambiental; V - recursos ambientais: a atmosfera, as águas interiores, superficiais e subterrâneas, os estuários, o mar territorial, o solo, o subsolo, os elementos da biosfera, a fauna e a flora.

⁴¹ Art. 225. Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao poder público e à coletividade o dever de defendê-lo

Perceptível é a alteração de pensamento do texto constitucional, tendo o legislador, a partir de uma visão ecocêntrica, dado ao meio ambiente uma importância maior do que apenas ser um meio de preservar a qualidade de vida do homem.

Dessa maneira, o Poder Público, na condição de zelador da coisa pública, em questão o meio ambiente, tem a si atribuído o dever primeiro de preservá-lo, já que este é um bem de uso comum aos cidadãos.

Portanto, entende-se que homem e animais convivem desde os primórdios da humanidade e, do mesmo modo que funciona a evolução da tecnologia, a relação entre esses indivíduos necessita adaptar-se ao que demanda o melhor para aquele momento.

De fato, compreende-se que a visão antropocêntrica mencionada anteriormente não mais é adequada com a realidade atual. Na prática, o homem não deve ser colocado mais como elemento principal no centro da discussão.

É preciso uma mudança para a visão ecocêntrica de mundo, ou seja, enxergar o todo como um ecossistema e compreender que o homem está incluído neste como apenas mais um elemento, assim como os animais estão. Consequentemente, reconhece-se que os animais também são sujeitos de direito.

É, então, por meio da Educação Ambiental que o desenvolvimento sustentável será atingido, demonstrando que é viável as duas coisas andarem lado a lado, isto é, evolução econômica e preservação ambiental. Superando-se o que podemos chamar de analfabetismo ambiental, compreende-se que o desperdício dos recursos naturais é totalmente evitável, não contribuindo em nada para haver essa evolução. Ao contrário disso, deve haver um respeito absoluto pela finitude destes recursos.

e preservá-lo para as presentes e futuras gerações. (...) VII - proteger a fauna e a flora, vedadas, na forma da lei, as práticas que coloquem em risco sua função ecológica, provoquem a extinção de espécies ou submetam os animais a crueldade.

Esse modo de pensar objetiva equilibrar as necessidades do homem e a sobrevivência dos recursos naturais no futuro, permitindo que as próximas gerações não sintam as suas ausências. Logo, o indivíduo que deseja um ambiente ecologicamente equilibrado deve aprender a conviver de maneira sustentável. Isso começa desde atitudes pequenas como separar o lixo para reciclagem.

Assim, a relação entre natureza e homem existirá de forma muito mais harmônica e consideravelmente mais longa. Caso contrário, quem sofrerá com a escassez de recursos naturais serão as gerações futuras.

Para finalizar o presente trabalho, pretende-se afastar um possível conflito entre o Direito Ambiental e o Direito Animal, ao passo que um olha o ecossistema como um todo e o outro olha especificamente para a figura do animal como indivíduo.

Considerando que vivemos em uma sociedade que pensa de forma majoritariamente antropocêntrica, excluindo a mentalidade ecocêntrica, a Educação Ambiental é um instrumento capaz de demonstrar que o modo com que lidamos com os animais influencia diretamente na saúde do planeta.

Aqui não estamos nos delimitando a todo o processo produtivo da carne da qual serve de alimento para o homem, mas nos expandindo até a deposição incorreta dos dejetos animais.

O respeito ao direito dos animais, nesse caso, seria respeitado de maneira reflexa, ou seja, não pelo simples fato desses indivíduos serem seres sencientes e que merecem uma vida digna, mas sim pelo fato de que para a perpetuação da vida, estritamente humana na Terra, depende dessa mudança.

Logo, seria a Educação Ambiental influenciando diretamente na garantia dos direitos dos animais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CARVALHO, I. C. M. Educação ambiental: a formação do sujeito ecológico. 2.ed. São Paulo: Cortez, 2006.

GUEDES, José Carlos de Souza. Educação ambiental nas escolas de ensino fundamental: estudo de caso. Garanhuns: Ed. do autor, 2006.

SCHINKE, Gert. Ecologia política. Santa Maria: Tchê!, 1986.

CHALITA, Gabriel. Educação: a solução está no afeto. São Paulo: Gente, 2002.

DIAS, Genebaldo. F. Educação ambiental: princípios e práticas. 9.ed. São Paulo: Gaia, 2004.

YUS, R. Educação integral: uma educação holística para o século XXI. Porto Alegre: Artmed, 2002.

CUBA, Marcos Antonio. Educação ambiental nas escolas. ECCOM, v. 1, n. 2, p. 23-31, jul./dez., 2010.

BRAICK, Patrícia Ramos. História das cavernas ao terceiro milênio. 3.ed. São Paulo: Moderna, 2007.

SATO, Michèle. Para quem servirá Jo'Burg 2002?. In: CONFERÊNCIA LATINOAMERICANA SOBRE MEIO AMBIENTE, 5., 2002, Belo Horizonte. Anais... Belo Horizonte: [s.n.], 2002. [Reproduzido em: Educação Ambiental em Ação, ano 1, n. 2, set./nov, 2002.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. Lei n. 6.938, de 31 de agosto de 1981. Política Nacional do Meio Ambiente.

SANTOS, Elaine Teresinha Azevedo dos. Educação ambiental na escola: conscientização da necessidade de proteção da camada de ozônio. 2007. Monografia (Pós-Graduação em Educação Ambiental) - Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria-RS, 2007.

BARRETO, Vicente de Paulo. O Fetiche dos Direitos Humanos e outros temas. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2010, p. 58.

FIORILLO, Celso Antonio Pacheco. Curso de Direito Ambiental Brasileiro. São Paulo: Saraiva, 2010, pp. 65-67.

STF, ADI n.º 3540-1- MC/DF/2005, rel. Min. Celso de Mello, j. em 01.09.2005.

Lei n° 6.938/81. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6938.htm>. Acesso em: 29 jul.2018.

RODRIGUES, Danielle Tetü. O Direito & os Animais: uma abordagem ética, filosófica e normativa. 2. ed. Curitiba: Juruá, 2012, p.66.

SPAREMBERGER; Raquel Fabiana Lopes, LACERDA, Juliana. Os animais no direito brasileiro: desafios e perspectivas. Revista AmicusCuriae, vol. 12. n. 2 – jul/dez.2015, p.191.

NUNES JÚNIOR, Flávio Martins Alves. Curso de Direito Constitucional. São Paulo: Saraiva Educação, 2019.

FREIRE, P. Pedagogia do oprimido. 17 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1987. 184 p.

MEDEIROS, A; MENDONÇA, M; SOUSA, G; OLIVEIRA, I. A Importância da educação ambiental na escola nas séries iniciais.

Botelho LA (2008) O terrário como instrumento organizador da Aprendizagem em ciências da 8ª série (9º ano). Caderno Pedagógico de Ciências, Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Curitiba – PR, 69p.

Paula JRB, Silva MP, Nascimento Junior AF (2013) O Terrário No Ensino Da Ecologia: Uma proposta para a Formação Inicial de Professores, Fórum Ambiental de Alta Paulista, v 9, n 6, pág.: 35 - 55.